



Universidade Estadual de Santa Cruz

Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

**IMPLEMENTAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA
MARINHA DO CORUMBAU-BA: relações de atores
e processos de mudanças**

PRODEMA

TIAGO MOTTA BUCCI

ILHÉUS – BAHIA

2009

TIAGO MOTTA BUCCI

**IMPLEMENTAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO
CORUMBAU-BA: relações de atores e processos de mudanças**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Sub-área de concentração: Comunidades Sustentáveis.

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO CESAR PONTES FRAGA

ILHÉUS – BAHIA

2009

TIAGO MOTTA BUCCI

**IMPLEMENTAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO
CORUMBAU-BA: relações de atores e processos de mudanças**

Ilhéus, 06 de Julho de 2009.

Dr. Paulo Cesar Pontes Fraga
(Orientador)

Dra. Elis Cristina Fiamengue
(UESC/PRODEMA)

Dr. Alexandre Schiavetti
(UESC/PRODEMA)

Dr. Ronaldo Joaquim da Silveira Lobão
(UFFRJ/PPGSD)

DEDICATÓRIA

À nova Aurora de cada dia

*Hare Krsna Hare Krsna
Krsna Krsna Hare Hare
Hare Rama Hare Rama
Rama Rama Hare Hare*

Agradecimentos

Dentre aqueles a quem sou profundamente grato, agradeço com especial carinho a Eliza, pelo compartilhar; a Chandra Lacombe, pela luz interior; a toda minha Família, pelo amor fraterno, em nome de Dna. Maria, Mario, Eliana, Estêvão, Eduardo, Mauricio, Catarina e Zsolt, que me deram carinho acolhedor mesmo à relativa distância.

A todos os moradores locais, pelos quais me empenhei na tarefa de aprender - especialmente a Honorato, que tem em si o dom da história de seu lugar; a Seu São; Caboclo, Zé Preto; Arivaldo; Nonga; Carrão; Nié; Abílio; Geraldo; Dna Benedita; Nego Liço; família de Seu Milton; família de Seu Raimundo e família Faete.

Um Especial agradecimento para todas as Comunidades da RESEX, sem exceção, que sempre me receberam com carinho. Para o pessoal do Carroula e Vila Naia, em especial ao Tuca e Renata.

Agradeço aos meus amigos, sem os quais essa história não existiria, em especial a Rodrigo Leão, Ronaldo Oliveira, Ronaldo Lobão, Helinho, Carol Minte-Vera, Albino Santana, Zeca do Veleiro, Seu Biriba, Federal, Ademi, Cigano e Magrão.

A toda equipe do PRODEMA- UESC, em nome do coordenador Alexandre Schiavetti, que me apresentou à casa.

Aos amigos de estudo, em especial a Ricardo Rehen; a Luciano Sanjuan; ao etnógrafo Luis Henrique Passador; à Maria Amélia Corá; à Zoraide Pessoa e à atenção de Gabriela Abreu.

E finalmente, a quem possibilitou esse trabalho, o orientador Paulo César Pontes Fraga, por compreender as complexidades dos caminhos.

RESUMO

Esta dissertação analisa o processo de implementação da RESEX Marinha do Corumbau, localizada em Prado e Porto Seguro-Ba. O objetivo foi compreender os processos de mudanças, visualizando os conflitos de interesses relacionados à sua implementação.

Visualiza-se o papel das RESEX nos debates acadêmicos, interrogando como o movimento ambientalista se apropria das RESEX tanto no debate acadêmico, quanto na própria implementação da Unidade de Conservação estudada.

Verificou-se três grupos de interesses, que se interagem no processo. Se de um extremo se tem os interesses dos não beneficiários, ou beneficiários indiretos (empresários) pelo outro há os interesses dos parceiros ambientalistas (ONGs) e IBAMA/ICM-bio. A população nativa, identificada pelo processo como população tradicional, situa-se entre esses diferentes conflitos de interesses.

Os interesses da população nativa não se representam nas ações e documentos oficiais produzidos e analisados neste estudo. Mas se apresentam em campo quando se dá a oportunidade de ouvi-los em seus próprios termos.

Palavras Chaves: Reservas Extrativistas; Conflitos, Populações Tradicionais.

ABSTRACT

This dissertation analyses the implementation process of Corumbau Marine Extractive Reserve (ER), located at Prado and Porto Seguro – BA. The aim was to understand the processes of the changes, viewing the conflicts of interests related to its implementation. It was taken into account the role of the Extractive Reserves in the academic debates, interrogating how the environmentalist movement appropriates of the ER in the academic debates, and in the own implementation of the studied Protected Area.

It was found three groups of interests, which interact in the process. If in one side we have the interests of the non beneficiary, or indirect beneficiary (entrepreneur) at the other side there are the interests of the environmental partners (NGOS) and IBAMA/ICM –bio. The native population, identified by the process as traditional population, lies between these different conflicts of interest.

The interests of the native population are not represented in the actions and official documents produced and analyzed in this study. But they are presented in the field, when is given the opportunity for them to speak in their own terms.

Key Words: Extractive Reserves; Conflicts; Traditional Populations.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I: Unidades de Conservação e terras indígenas_____	15
FIGURA II: Visualização geográfica da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, trazendo em destaque o mapa atual indicando áreas protegidas marinhas, constantes no plano de uso fase I. _____	25
FIGURA III: Visualização aérea de Ponta de Corumbau_____	61
FIGURA IV: Dinâmica dos interesses internos_____	91

SIGLAS

ATER – Pesca Assistência Técnica e Extensão Rural Pesca
CDB – Convenção da Diversidade Biológica
CI - Conservation International
CI-Brasil - Conservação internacional do Brasil
CNPT - Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ECO-Mar - Organização Não Governamental de Estudos Marinhos e Costeiros dos Arolhos
ER - Extractive Reserve
FNMA –Fundo Nacional do Meio Ambiente
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário - BRASIL
MER - Marine Extractive Reserve
NUPAUB - Núcleo de Apoio á Pesquisa sobre Populações, Humanas e Áreas Úmidas
ONG - Organização Não Governamental
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e pesca
REM - Reserva Extrativista Marinha
TNC - The Nature Conservancy
UC – Unidade de Conservação
WWF - World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - BREVE HISTÓRICO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS	18
1.1. Reserva extrativista marinha do Corumbau	22
CAPÍTULO 2 - DEBATE AMBIENTALISTA SOBRE HABITANTES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	26
2.1. A inclusão das RESEX no debate sobre Unidades de Conservação	29
CAPÍTULO 3 - MÉTODOS	35
3.1. Levantamento documental	35
3.2. Pesquisa qualitativa	35
3.2.1. Coleta de dados	36
4.1. Análises documentais	43
4.1.1. RESEX Corumbau, em busca de fundamentos para proteção sócio-cultural.	43
4.1.2 - Fragilidades Sócio-culturais do Laudo Sócio-Econômico	44
4.1.3. Laudo Biológico: Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, BA	49
4.1.4 – “Plano de Manejo” da RESEX Corumbau	53
CAPITULO 5: MAPEAMENTO DOS ATORES	60
5.1. Memória das origens dos nativos de Corumbau	60
5.2. Memória da vinda dos atores “de fora” - em terra	65
5.3. Memória da vinda dos “de fora” - pelas águas	68
5.4. A População Extrativista local em alguns assuntos pertinentes	73
5.5. Conhecimento tradicional local e manejo de áreas protegidas	80
5.6. Contribuições ao processo participativo do identifica RESEX	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS: VISUALIZAÇÃO E DINÂMICA DE CONFLITOS DE INTERESSES	91
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	103
ANEXO I:	103
O COMEÇO DE CORUMBAU	103
ANEXO II:	105
OS ÍNDIOS PATAXÓS FORAM ILUDIDOS	105

ANEXO III:	109
MUDANÇAS NA VILA DE CORMBAU	109
ANEXO IV:	112
HISTÓRIA DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU	112
ANEXO V	116
FOTO DE PUÇA EM CASA DE PESCADOR	116

INTRODUÇÃO

Este estudo focaliza o processo de implementação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau-Ba (RESEX-Corumbau), com o objetivo de identificar e compreender as relações dos atores nos processos de mudança, visualizando os interesses de grupos que se articulam na comunidade de Ponta do Corumbau, privilegiando o olhar dos atores locais como locus de análise e buscando caracterizar alguns pontos de vista dos beneficiários da proposta relacionados à gestão e implementação da RESEX.

A RESEX de Corumbau foi criada em setembro de 2000, graças à iniciativa de pescadores artesanais de nove diferentes comunidades da região. Sua implementação visou proteger os meios de vida da crescente atividade de pesca industrial predatória, que ameaçava a sobrevivência das populações locais e da vida marinha. Segundo Di Ciommo (2006):

Os direitos de uso dos recursos marinhos foram garantidos para a população extrativista tradicional ao longo de seu litoral, onde 484 membros registrados se distribuem entre diferentes comunidades, organizadas em três associações. O decreto de criação da RESEX afirma que seu objetivo é assegurar a exploração sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, utilizados pela população local. (DI CIOMMO, 2006, p.1)

As Reservas Extrativistas são resultantes de lutas e conflitos ambientais para assegurar a permanência de povos extrativistas tradicionais locais, nos lugares onde estão estabelecidos. A concessão do direito de uso exclusivo do território da Reserva a estas populações se dá pelo reconhecimento de que seus modos de vida estão relacionados com a manutenção dos recursos naturais. Isso implica que os costumes tradicionais

locais destas populações estejam em comunhão com as propostas de conservação ambiental.

Esta política pública socioambiental propõe uma parceria entre a cultura e o saber local com a sustentabilidade ambiental sugerida pelo conhecimento técnico-científico. No art. 18 do SNUC estão expostos os princípios e objetivos básicos das Reservas Extrativistas:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (SNUC Art 18, 2000)

Representam princípios que garantem legalmente usos exclusivos a um grupo específico, identificado pelo próprio mecanismo legal como “populações tradicionais”, que participa da gestão compartilhada dos usos e recursos naturais da unidade, sendo habitualmente maioria no Conselho Deliberativo¹ da unidade. Esse fato é recente no histórico da conservação, pela dificuldade de se entender a inclusão das populações tradicionais locais nos manejos oficiais de UCs. Em termos sócio-jurídicos:

A comunidade outorgada passa a ser responsável pelo gerenciamento do território em conjunto com o Ibama. Esse tipo de contrato de concessão de uso com gestão compartilhada pode representar, para países com inúmeras desigualdades sociais como o Brasil, uma alternativa menos burocrática, morosa e arriscada (já que a concessão é outorgada à comunidade e não individualmente) para o equilíbrio entre direitos consuetudinários e durabilidade no aproveitamento dos recursos naturais, além de colaborar para solução de conflitos fundiários. (CHAMY, 2003, p.4)

A partir da decretação da UC, vários temas conflitivos que eram tradicionalmente tratados por outros meios e mecanismos de tomadas de decisões, como relações com empresários; especuladores; atravessadores;

¹ Ver competências do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha do Corumbau. CDRMC

esforços de pesca; capturas do pescado etc., foram sendo transferidos ao instrumento jurídico RESEX, que canaliza tais questões para a arena institucional e racionalista.

As comunidades beneficiárias da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau são diversas entre si e culturalmente variadas, sendo que diferenciações étnicas caracterizam conflitos e cooperações entre diferentes grupos de atores sociais, dada a multiplicidade dos grupos locais.

Apenas para esboçar-se um mapeamento panorâmico dos conflitos espaciais existentes em torno da Reserva Extrativista estudada, constata-se que há os interesses da FUNAI, que desde fevereiro de 2000 está oficialmente estudando a revisão dos limites da Terra Indígena Pataxó – que se encontra sobreposta à área do PARNA do Monte Pascoal; há os interesses conservacionistas de ambientalistas e outros atores na manutenção do Parque Nacional do Descobrimento e do Parque Nacional do Monte Pascoal – independentemente das concepções sobre o uso e preservação da natureza; há o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que há mais de vinte anos vem construindo as condições para o processo de Reforma Agrária no extremo sul da Bahia; existem hoje vários assentamentos e acampamentos na área da Costa do Descobrimento, alguns deles com litígio entre assentados e índios Pataxós, inclusive em demandas judiciais (Lobão, 2006). Há também o Museu Aberto do Descobrimento (MADE), que desde o final da década de noventa veio responder à necessidade de proteger o patrimônio histórico e cultural da nação, em sua trajetória desde o “descobrimento”; o Inventário de Manifestações Culturais realizado inclui não só obras realizadas sob a ação do homem, como também àquelas feitas pela natureza que foram incorporadas à cultura da nação, como o próprio Monte Pascoal (idem). Por fim há os interesses da Reserva Extrativista decretada em 2000, que se representam em seis vilarejos pesqueiros, em um pouco mais de 65 km de praia.

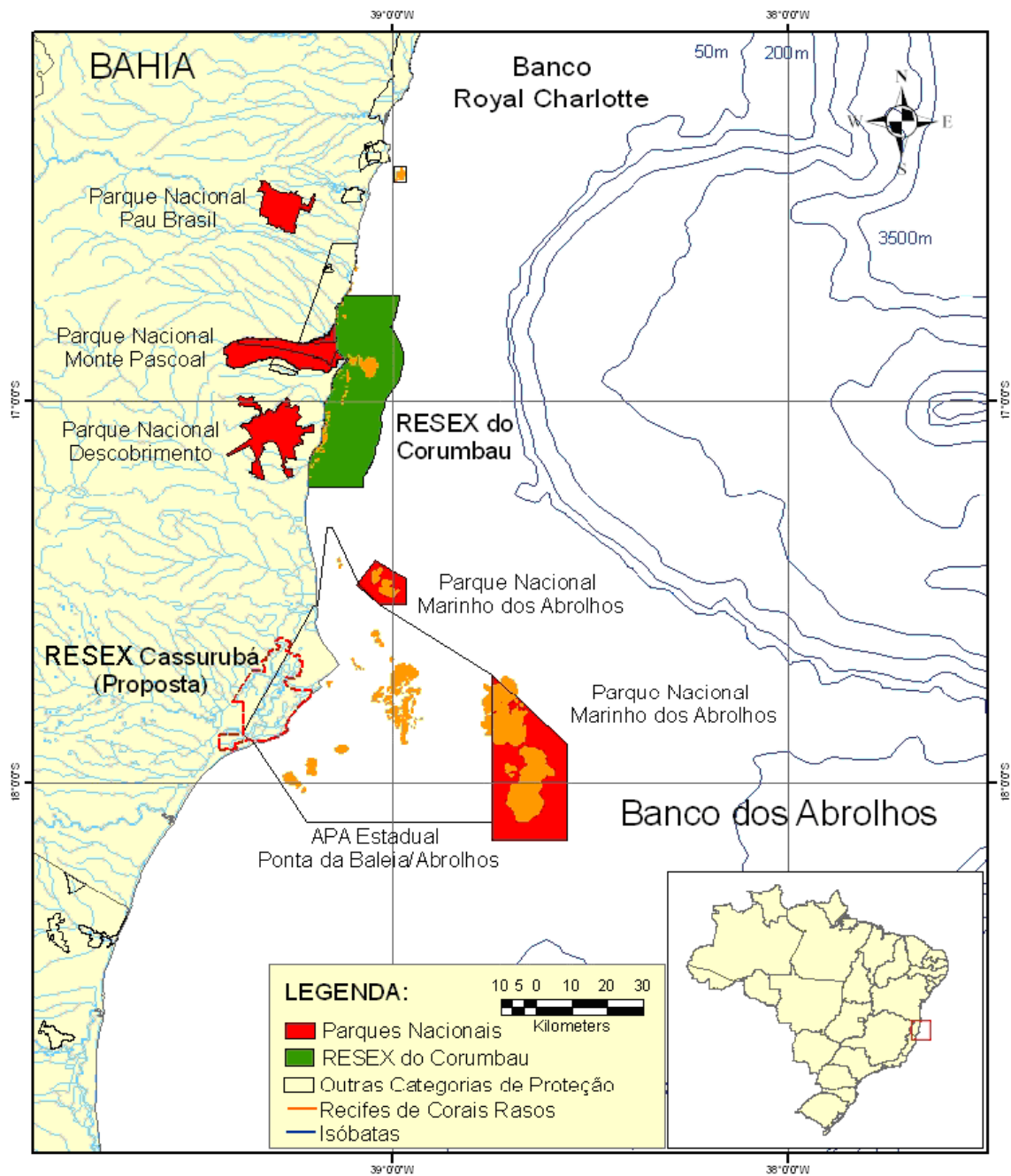


Figura I - Visualização panorâmica das Unidades de Conservação e terras indígenas.²

² MOURA, R. L.; DUTRA, G. F.; FRANCINI-FILHO, R. B.; MINTE-VERA, C. V.; CURADO, I. B.; GUIMARÃES, F. J.; OLIVEIRA, R. F.; ALVES, D. C. Gestão do Uso de Recursos Pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau – Bahia in: Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão, MMA-BRASIL, 2007

As RESEX, enquanto instrumento jurídico, representam aparato legal de mediações de conflitos, que interfere em relações e usos, frente a diferentes atores com interesses antagônicos - tanto beneficiários quanto usuários indiretos (não beneficiários). Através de um processo institucionalista racional, vêm propor um novo viés, uma nova arena social (FUCKS, 2001) por onde diversos conflitos que antes eram mediados por outros instrumentos agora passam pela pauta das reuniões do conselho deliberativo dando voz e voto aos moradores(as) locais em questão. Tal ação possibilita arranjos que dividem “os (as) moradores(as) locais” de acordo com os interesses que se opõem na comunidade, polarizados entre os empresários que operam o turismo e os da conservação que fomenta a Unidade.

A presente pesquisa conta com técnicas de análises documentais e observação participante - resultado de aproximadamente 90 dias em campo, além de o autor deste estudo contar anteriormente com quase dois anos de convivência diária com as populações beneficiárias da RESEX, trabalhando em um projeto de fomento implantado na Unidade através de uma das associações de pescadores locais, conveniado pelo MDA/SEAP.

A hipótese norteadora, é que o processo de implementação da reserva (re)define os atores existentes e/ou interfere na organização social, por meio de mudanças motivadas por conflitos de interesses. Como hipóteses derivadas têm-se: 1) atores beneficiários e não beneficiários com interesses distintos, se representam nas decisões da UC, através dos mecanismos legais; 2) atores beneficiários e parceiros da conservação interagem frente aos processos de racionalização dos usos e recursos naturais na UC, em processos como o chamado “empoderamento local”, o associativismo, projetismo e ações referentes à co-gestão - que representam inclusões de técnicas racionalistas organizacionais modernas em comunidades consideradas tradicionais.

As análises documentais serviram para se visualizar os fundamentos e diretrizes da RESEX como também os interesses dos parceiros conservacionistas que os elaboraram, fundamentais para o sentido do recorte assumido na pesquisa, que é a visualização dos atores no processo de

implementação da UC. Dentre os documentos levantados para análise, percebe-se enorme carência na caracterização dos aspectos sócio-culturais, pois não se sabe ao certo o que “proteger” quando se fala em costumes tradicionais na RESEX-Corumbau.

Crê-se que comunidades tradicionais como essas possuam manejos próprios e específicas maneiras de lidar com o meio ambiente (DIEGUES, 2004a) e por meio do SNUC (2000) a Reserva tem por objetivo de protegê-los. Porém, o processo institucional de implementação traz questões novas, que não faziam ou ainda não fazem parte de suas preocupações/visões de mundo. Planos de manejo, projetos de fomentos, metas e cronogramas correspondem a um determinado sistema racionalizado, que impacta diretamente aquilo que está sendo proposto preservar: os costumes tradicionais.

A RESEX Corumbau, com quase 9 anos de decreto, segue construindo seus próprios processos e aprendizados, mostrando em seu caso os desdobramentos entre os objetivos/diretrizes institucionais abrangentes e suas efetivas práticas locais, que se dinamizam em conflitos de interesses envolvendo tanto os atores locais - populações locais beneficiárias - como as ONGs parceiras, órgãos oficiais gestores e outros atores que estão ou estiveram interferindo de alguma forma na implementação da unidade, em conflitos ou cooperação.

CAPÍTULO 1 - BREVE HISTÓRICO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

A concepção de proteção de territórios para a sobrevivência dos povos que vivem da extração dos produtos naturais começou no Brasil na década de 70. No Acre, estes movimentos sociais surgiram a partir da organização dos seringueiros, que se opuseram às máquinas que derrubavam as florestas e ameaçavam seus modos de vida (DIEGUES, 1998).

As Reservas Extrativistas (RESEX) são resultado de um longo processo de luta e conquista de visibilidade aos seringueiros, que se inseriram no debate ambiental com suas reivindicações agrárias, interligando os interesses locais aos interesses gerais da sociedade. Almeida (2004, p.34) relata que os seringueiros incorporaram parte do discurso ambientalista às suas práticas locais, seguindo suas próprias concepções em um complexo de mudanças, embasadas, porém, em tradições e costumes estabelecidos, efetivando assim seu reconhecimento como “povos da floresta”, com direitos agrários e sociais legitimados.

As RESEX foram pensadas na segunda metade dos anos 80, em um longo e complexo processo de lutas envolvendo os seringueiros do Acre e Rondônia até conseguirem a legitimação de suas organizações sociais, assim como a representação de suas propostas frente ao Estado Nação.

A Primeira Reserva Extrativista foi oficialmente criada em 1988, como parte do Plano Nacional de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), portaria n. 627/INCRA; mas somente em 1990 passou a fazer parte das unidades de conservação (UC) de responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), decreto governamental n. 98.897/90. “Em 1992, o IBAMA criou o Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), com o

intuito de apoiar tecnicamente as reservas na Amazônia e expandir a ideia para outras regiões do país” (DIEGUES, 1998, p. 148).

Em um contexto conflitivo, marcado pela questão fundiária e degradação da floresta, o movimento organizado pelos seringueiros teve apoio de grupos nacionais e internacionais. Com a abertura da rodovia BR 364, que liga Cuiabá- Mato Grosso a Porto Velho-Rondônia, financiada pelo Banco Mundial dentro do programa de desenvolvimento regional Polonoroeste, intensificaram-se os conflitos com os índios, tendo como consequência as demarcações de terras indígenas e áreas para colonização (LOBÃO, 2006), o que de certa forma incentivou os extrativistas dos seringais a requererem também seus “direitos” a terra, respaldados pelo histórico de permanência no local. Almeida (2004) comenta que:

A estratégia geral consistia, por um lado, fortalecer a organização (sindical e cooperativa) e as lutas locais (“empates”); por outro, alcançar a meta da criação das reservas Extrativistas com a desapropriação das florestas “griladas”, das quais fazendeiros procuravam expulsar os moradores. (ALMEIDA, 2004, p. 45)

A questão da territorialidade ocupou considerável posição nos debates que definiram as Reservas Extrativistas, Little (2002) afirma que:

A partir da realização do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em 1985, em Brasília, suas reivindicações territoriais resultaram na formulação de políticas públicas territoriais e no apoio de diversos setores da sociedade civil internacional, culminando em duas conquistas importantes: o estabelecimento dos Projetos de Assentamento Extrativista dentro da política de reforma agrária (INCRA), em 1987, e a criação da modalidade das Reservas Extrativistas dentro da política ambiental do país (IBAMA), em 1989 (IEA 1993) (LITTLE, 2002, p.18).

As RESEX se instituíram através da luta nos seringais, representando um reconhecimento legal, legitimado, que oficializou o domínio dos territórios às populações tradicionais locais, sob um acordo de que estes grupos locais se comprometessem à exploração sustentável e conservação dos recursos

naturais. Em outras palavras, uniu preocupações ambientais ao modo de vida das comunidades tradicionais locais.

O caso das Reservas Extrativistas Marinhas³ foi um outro momento deste reconhecimento, pois esses territórios não eram mais apenas constituídos de terras, mas também de águas - rios, lagos, mares, estuários - e a legislação nacional é frágil (ainda hoje) frente a estas novas questões de reconhecimento consuetudinário em territórios aquáticos. Por outro lado, os povos que vivem nestes locais definem, classificam e se representam nestes lugares com muita legitimidade e conhecimento sobre os complexos processos de pertencimento e reconhecimento destes territórios, pelos quais preservam suas (re)produções sócio-culturais, econômicas, políticas e ambientais, estabelecendo suas próprias formas de manutenção de natureza e cultura, ambiente e sociedade.

Quando a Reserva é decretada, a comunidade passa a ser responsável pelo gerenciamento do território em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade, (ICM/BIO), o que pode ser uma solução viável para o reconhecimento do saber tradicional quanto ao uso dos recursos naturais e direitos consuetudinários, “além de colaborar para solução de conflitos fundiários.” (CHAMY 2003, p. 16)

As RESEX são Unidades de Conservação de Uso Sustentável reguladas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e fazem parte das políticas de apoios às Populações Tradicionais através de instâncias federais, representadas por órgãos ambientais como o CNPT, IBAMA e ICM/BIO. Encontra-se no SNUC, art. 18, §1 a definição de que a:

³ A Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, em Santa Catarina foi a pioneira, criada em 1992 e seguida pela Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo-RJ, criada em 1997. Ver Cardoso (2003).

Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.” (SNUC 2000, art. 18, §1)

Está estabelecida pelo SNUC, art. 22: “As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público”. E no § 2º, constam as condições necessárias para a criação da Unidade:

A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.” (SNUC, art.22, § 2º, 2000)

Já o § 3º do art. 22 cita que “o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.” Para complementar os critérios institucionais que normatizam a criação e implantação das Reservas Extrativistas, o § 2º. do art. 23 regulamenta que “o uso dos recursos naturais pelas *populações* de que trata este artigo obedecerá às seguintes normas: (...) Item III - demais normas estabelecidas na legislação, no Plano de Manejo da unidade de conservação e no contrato de concessão de direito real de uso” (SNUC, 2000)

Sendo assim, a legislação estabelece a concessão de direito real de uso dos territórios das Reservas Extrativistas em benefício das Populações Tradicionais locais, focando a proteção de suas culturas e de seus meios de vida, pois considera-se que seus costumes e práticas sócio-culturais são responsáveis pela complexa manutenção dos recursos naturais. Esta afirmativa nos proporciona uma nova maneira de se pensar nas Unidades de Conservação, criando a partir dos conhecimentos tradicionais um novo paradigma para a sustentabilidade socioambiental. Fleury e Almeida (2007) apontam em seus estudos que estas concepções não são equivocadas, portanto não se trata de uma visão romanceada através do mito do bom selvagem de Redford (1991), que afirma o entendimento da categoria

população tradicional como um grupo culturalmente estático e inerentemente conservacionista quando mantidos intocados, mas sim que:

O estudo da literatura demonstrou, opostamente, que o modo de vida tradicional não é resultado de uma imutável “tendência natural” a viver de forma sustentável, mas sim de um equilíbrio entre necessidades e exigências do meio físico, e nesse equilíbrio mais do que valores conservacionistas similares aos valores da sociedade urbano-industrial, estão em jogo as próprias condições de reprodução social dessas comunidades. (FLEURY & ALMEIDA, 2007, p. 17)

1.1. Reserva extrativista marinha do Corumbau

O processo de criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau (RESEX Corumbau) foi instaurado *a partir da existência de conflitos entre os pescadores artesanais locais e pescadores de outras regiões do Estado e do país*, que mais de dez anos antes da decretação da UC, realizavam capturas predatórias do pescado na região com técnicas e pesca de escala industrial, atraídos justamente pelo fato de a pesca local ser realizada através da tradicional captura artesanal, tendo na época certa abundância de peixes e camarões. Lobão (2006) relata que em meados de 1998:

Enquanto as conversas entre os representantes do CNPT e os grupos locais seguiam seu rumo, os pescadores de Ponta do Corumbau, cerca de 40 famílias, assistiam a uma invasão de barcos de fora pescando camarão. Segundo vários relatos, em determinadas ocasiões, mais de 200 barcos “baloavam” dia e noite, só indo à terra para desembarcar a produção, que seguia de caminhão para Vitória ou Salvador. (LOBÃO, 2006, p.113)

Pescadores e moradores locais da comunidade de Corumbau, inconformados com a situação, foram procurar informações e recursos legais visando a proteger sua atividade. O então juiz de Prado, Dr. Júlio César Freire Brandão, acompanhando o caso na Ponta do Corumbau, dispôs-se a ajudar.

“Como o mecanismo das Reservas Extrativistas Marinhas já era conhecido, ele o sugeriu aos pescadores locais, como um caminho possível para solução do conflito” (LOBÃO, 2006).

Com apoio de outros atores da sociedade civil, do governo local e do empresariado de Prado, representantes dos pescadores locais realizaram abaixo-assinados, que foram encaminhados ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), solicitando a criação da Unidade de Conservação. Ainda conforme levantou Lobão (2006), representantes da Associação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau - Aremaco - “solicitavam a ‘criação da reserva o mais rápido possível’ sobretudo pela necessidade de se livrarem dos grandes barcos de fora que predavam a fauna e a flora da região” (idem, 2006, p. 104). Oportuno observar que, desde esse período, o discurso local já havia incorporado alguns termos comuns aos ambientalistas, como “fauna e flora”, resultado do contato com ONGs conservacionistas da região, anterior à decretação da RESEX Corumbau.

Após longo trâmite e negociações entre as comunidades de pescadores(as) locais, parceiros (ONGs e agentes locais), CNPT-IBAMA, Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Ministério do Meio Ambiente, em 21 de Setembro de 2000 foi criada, por decreto presidencial publicado no Diário Oficial da União, a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau-BA. Conforme consta no artigo 1º do decreto de criação, a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau-BA, de 21 de setembro de 2000, está na seguinte localidade:

Litoral sul do município de Porto Seguro e norte do município de Prado, estado da Bahia. Compreendendo as águas territoriais brasileiras entre os pontos de coordenadas geográficas: 16° 43' 20,41"S e 39° 07' 11,95"W (Ponta do Jacumã); 16° 43' 20,53"S e 38° 58' 51,60"W (no oceano Atlântico); 17° 13' 28,96"S e 39° 04' 28,5"W (no oceano Atlântico); 17° 13' 29,00"S e 39° 12' 51,63"W (na desembocadura do Rio das Ostras), baseado nas cartas topográficas planimétricas do IBGE folhas MI 2316 e MI 2356 de 1978. (PLANO DE MANEJO – FASE I, 2002).

A RESEX-Corumbau compreende aproximadamente 90.000 hectares em águas e 65 km de praia. Existem atualmente 11 pequenos vilarejos em suas adjacências, que são respectivamente de sul a norte: Japara; Cumuruxatiba; Imbassuaba; Veleiro; Corumbau; Aldeota de Bugigão; Aldeia Indígena Barra Velha; Caraíva; Nova Caraíva; Curuípe e Espelho. Estes vilarejos são representados por seis associações locais situadas em Cumuruxatiba; Imbassuaba; Veleiro; Corumbau (Aremaco); Barra Velha e Caraíva. Os vilarejos com maior contingente habitacional e produção de pescado são Cumuruxatiba, Corumbau e Caraíva.

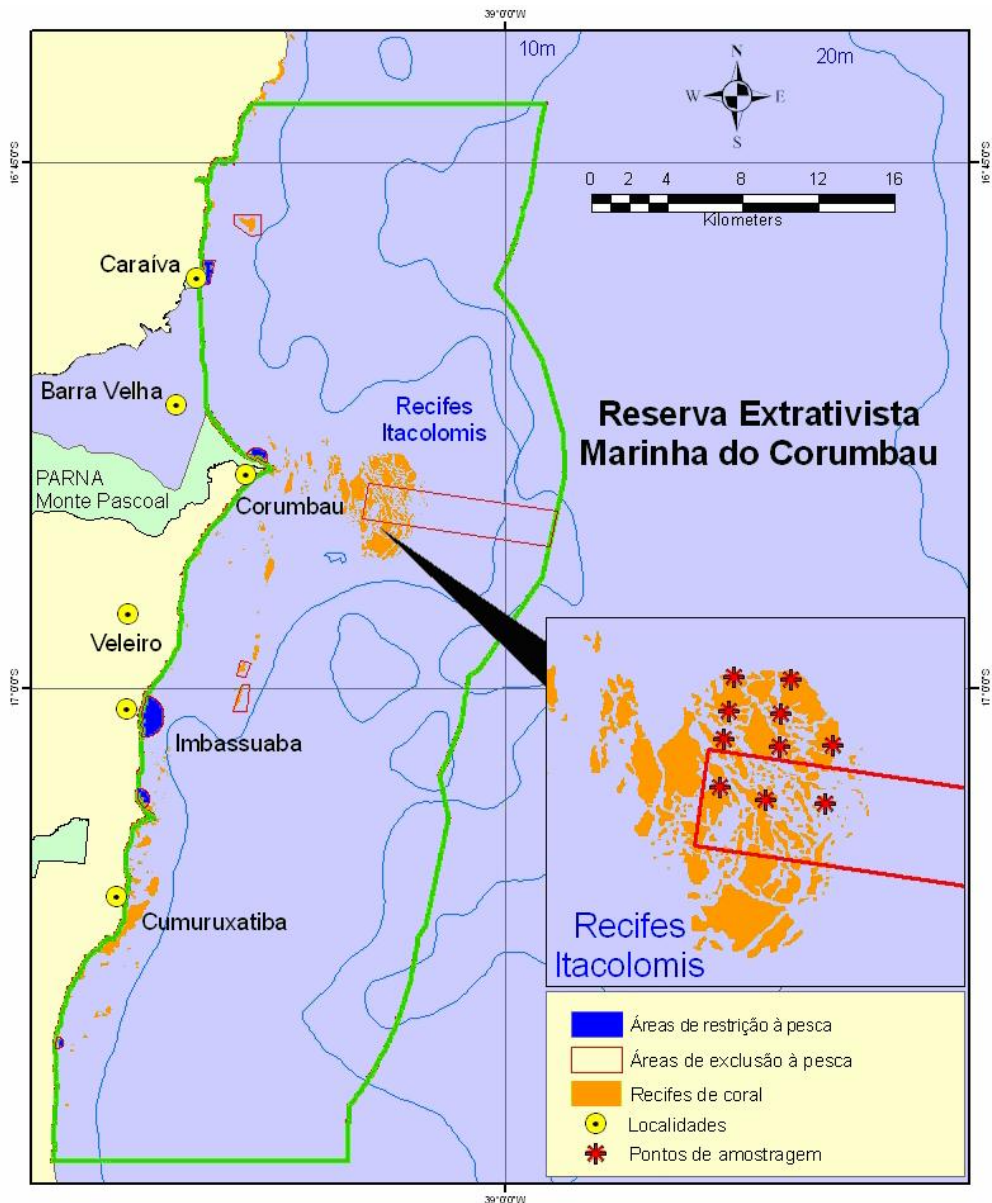


Figura II - Visualização geográfica da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, trazendo em destaque o mapa atual⁴ indicando áreas protegidas marinhas, constantes no plano de uso fase I.

⁴ MOURA, R. L.; DUTRA, G. F.; FRANCINI-FILHO, R. B.; MINTE-VERA, C. V.; CURADO, I. B.; GUIMARÃES, F. J.; OLIVEIRA, R. F.; ALVES, D. C. Gestão do Uso de Recursos Pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau – Bahia in: Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão, MMA-BRASIL, 2007

CAPÍTULO 2 - DEBATE AMBIENTALISTA SOBRE HABITANTES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Os debates ambientalistas em torno das políticas públicas que contemplam habitantes em unidades de conservação, polarizam-se entre preservacionistas e sócio-ambientalistas (Little, 2002). O que vem sendo discutido por estes modelos de Unidade de Conservação é a inclusão e consideração (pelos órgãos da conservação, governamentais e ONGs) das populações que tradicionalmente vivem dos recursos naturais em locais com grande relevância biológica e sociocultural, nas agendas gestoras (*co-gestão*) e administrativas destas UCs. Segundo Ferreira (2007), esta polaridade apresentou-se ao debate acadêmico por duas correntes, predominando a primeira até os anos 80 e a segunda após 1997⁵, que são:

1) a que compreende as áreas protegidas como *ilhas de biodiversidade circundadas por paisagens alteradas pela ação humana predatória*; 2) a que defende um modelo *bioregional*, ou a criação de redes de áreas protegidas integradas ao seu contexto regional. (FERREIRA, 2007 p.16).

Diegues é hoje uma das principais referências na corrente de pensamento socioambiental que defende a existência de populações tradicionais locais e sua permanência nos territórios que ocupam há gerações, inclusive quando se tornam áreas de proteção/preservação ambiental. Entende-as, *a priori*, como responsáveis e interessadas pela sustentabilidade ambiental e cultural nos objetivos desses tipos de UCs - uso sustentável - já que essas políticas ambientais se destinam para a garantia de seus “meios de vida”. Em seu livro, *“Mito moderno da natureza intocada”* afirma que:

⁵ Ferreira 2007, explicita isso se deu após o encontro: “*PROTECTED Areas in the 21st Century Symposium* organizado pela *World Commission on Protected Areas (WCPA) na Austrália*”. Ferreira, 2007, p.16.

O movimento pelo estabelecimento de Reservas Extrativistas é, sem dúvida, um exemplo de defesa, reforço e recriação de modos de vidas ameaçados. (...) *respeitando os modos de vida das populações e a diversidade biológica.* (DIEGUES, 1998, p 148)

Diegues e Arruda (2001) ressaltam uma perspectiva ecológica que vê a paisagem como um reflexo da auto-definição que as pessoas, como indivíduos ou como grupos, fazem de si dentro de contextos culturais (Diegues & Arruda, 2001). Estas correntes defendem a complexidade em sociedades humanas e meio ambiente; reconhecem a ligação dos aspectos naturais e simbólicos como elos culturais e apontam que os conservacionistas devem apostar na parceria com essas comunidades para a manutenção da biodiversidade, considerando que Arruda (1999) aponta que:

Ao deslocar o eixo de análise do critério da produtividade para o manejo sustentado dos recursos naturais, evidenciou a positividade relativa dos modelos indígenas de exploração dos recursos naturais, desse modelo de *cultura rústica*, (população tradicional) parente mais pobre mas valioso dos modelos indígenas. (ARRUDA, 1999, p.83.)

Estes estudos afirmam que “quando se dá apoio a estas comunidades, elas são as primeiras a se oporem aos efeitos devastadores das mineradoras, das madeireiras e dos especuladores”. Essas correntes de pensamento apontam que se deve investir no “*local empowerment*”⁶ para a proteção da biodiversidade. (DIEGUES, 2004a).

Ferreira (2001) relata que as políticas de conservação adotadas no Brasil, até há pouco tempo, seja no âmbito estadual ou federal, não consideravam a legitimidade de populações que faziam uso dos limites territoriais das UCs reivindicarem direitos de conservação dos remanescentes florestais - o que resultava, por exemplo, em processos arbitrários de tomada

⁶ Frequentemente utilizado em campo como “empoderamento local” no sentido de capacitação das comunidades locais às informações de acesso a direitos e cidadania.

de decisão. Porém, esse modelo autoritário se deparou com um impasse, pois a adequação das

Exigências internacionais de conservação com os problemas criados a partir do congelamento econômico de um território imenso, populoso, industrializado e urbanizado foi sempre dispendiosa, conflituosa e tecnicamente muito difícil, exceto nos casos onde a própria especulação imobiliária exigiu que as terras fossem mantidas intatas. (FERREIRA, 2001, p.2).

No entanto, estão em contraposição às teorias e fundamentos das UCs de proteção integral, defendidos principalmente pelos preservacionistas que não reconhecem povos indígenas e povos tradicionais locais em suas colocações ancestrais nestas áreas de grande biodiversidade.

Questionamentos sobre áreas protegidas são atuais e controversos no debate ambientalista/conservacionista. Megaorganizações conservacionistas, como a americana The Nature Conservancy (TNC), através de Karina Brandon, reafirmam as antigas teses preservacionistas de que seres humanos não podem permanecer em áreas destinadas à conservação (MACCHAPIN, 2008). Brandon (1998) define a proteção ambiental focando apenas a preservação de espécies da fauna e da flora, sem incluir populações humanas que fazem uso tradicional dos recursos naturais nas unidades e afirma que:

Espécies protegidas devem ser mantidas a salvo, em áreas que a interferência humana sobre os processos naturais seja altamente controlada e vise preferencialmente sua conservação e não o bem estar social dos povos que nelas habitam. (BRANDON *et al.* 1998 *apud* FERREIRA, 2004, p. 49)

Os preservacionistas também se opõem à idéia de um suposto *mito do bom selvagem* e apontam evidências empíricas de que a caça e o fogo foram responsáveis pela redução da megafauna na antiguidade. Pesquisas estão sendo direcionadas às atuações destas comunidades locais em territórios biodiversos destinados à conservação de áreas protegidas e defendem que países com grande biodiversidade estão apostando seu “patrimônio em técnicas equivocadas”, (FERREIRA, 2004, p. 51).

Essas pesquisas têm se apressado em demonstrar que qualquer grupo não urbano que exerça a agricultura, a pesca, caça ou qualquer outro tipo de extração em pequena escala, ou “meramente more no mato”, pode ser identificado como tradicional, (FERREIRA, 2004: p. 51)

Apresenta-se neste debate a oposição entre as teorias que apoiam a permanência de populações em áreas protegidas e as que defendem que áreas biodiversas necessitam ter o acesso humano controlado. Também sugere que o que deve ser pesquisado é se os grupos sociais em questão, as *populações locais*, se qualificam ou não como parceiros para o estabelecimento de áreas de conservação (FERREIRA, 2004, p. 51.) Em outras palavras, se as populações locais cooperam com a conservação dos recursos naturais.

2.1. A inclusão das RESEX no debate sobre Unidades de Conservação

As Reservas Extrativistas se mostraram atuais neste debate apontado no tópico anterior, pois preenchem a lacuna da definição de políticas institucionais que dêem conta, ao menos no âmbito de perfis socioambientais regionais, da nova demanda ambiental, que exige adequação da preservação ambiental às condições de sobrevivência e bem estar dos povos residentes nestas áreas biodiversas e ainda amenize os impasses do modelo preservacionista de unidade de conservação sem habitantes, proposto pelo modelo preservacionista norte-americano de UC. Para contextualizar a questão das Reservas Extrativistas, é necessário entender brevemente a inclusão destes povos tradicionais locais à política pública.

Almeida (2004) faz uma leitura do processo dos seringueiros do Acre, dizendo que saíram da “marginalidade para a visibilidade” e seus líderes se apropriaram do discurso ambientalista - não por pura retórica, mas por

pleitearem a legitimidade de seu povo, adequando sua cultura estabelecida a novas práticas ambientais, “redefiniram sua relação com a sociedade, construindo para si um nicho onde pudessem ser reconhecidos como ‘povos da floresta’, com direitos agrários e sociais reconhecidos como legítimos” (ALMEIDA, 2004, p. 34)

Ainda em suas palavras: “em vinte anos, os camponeses da floresta passaram da invisibilidade à posição de paradigma de desenvolvimento sustentável com participação popular” (ALMEIDA, 2004, p. 33)

Em princípio, as RESEX não eram uma “conquista ecológica”, seus objetivos eram os mesmos do Plano Nacional de Reforma Agrária; o que estava em consenso na Amazônia é que “o mais importante não era ter um título de propriedade individual de uma parcela, mas conservar a capacidade produtiva da floresta (...) [e] encontrar uma forma de assegurar a permanência das famílias nas suas colocações” (RUEDA, 1999, apud LOBÃO, 2006).

Lobão (2006), em seu estudo, mostrou que o termo identitário dos beneficiários dessa política pública, as RESEX, foi mudando de acordo com decisões e aparatos tecno-burocráticos e seguiu a trajetória de Seringueiros à População Extrativista e, por último, População Tradicional. Ressaltando que de Seringueiros a Extrativistas eles “dominavam a interpretação e nomenclatura do processo”; já para População Tradicional, foi consequência da criação do CNPT, que trouxe dois conceitos novos ao processo: o de “desenvolvimento sustentado” e o de “populações tradicionais”. (LOBÃO, 2006, p.44).

Interesses ambientalistas foram se apropriando do debate e da definição de quem são estes povos tradicionais, alvos destas políticas públicas que relacionam ao mesmo tempo a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Para exemplificar como o termo identitário está sendo convencionalmente utilizado pelos ambientalistas em seus enfoques, foi realizada uma busca sobre Populações Tradicionais em sítios virtuais na rede

mundial de computadores e se encontrou no sítio do IBAMA, uma nota com o título de Populações Tradicionais que diz:

Em primeiro lugar devemos dizer que o tema das Populações Tradicionais será tratado sob a ótica ambientalista com o linguajar e os conceitos criados pelos ambientalistas. Neste sentido convém lembrar que o novo conceito de Populações Tradicionais é resultante da preocupação que a humanidade passou a ter como o meio ambiente, nos últimos trinta anos. A análise da destruição e da conservação dos recursos naturais permitiu perceber a existência de populações capazes de utilizar e ao mesmo tempo conservar tais recursos, estes grupos humanos passaram a ser chamados de 'Populações Tradicionais'(Sítio Virtual IBAMA, visitado em 17-04-2008).

Continuando afirmam que:

As populações tradicionais não são sinônimo de populações atrasadas, populações refratárias ao progresso ou a modernização. Não é nada disto, uma população tradicional, na análise ambientalista que ora fazemos, pode ser tão moderna quanto uma população urbana; o que interessa é a sua relação conservacionista com o meio ambiente. (idem)

O texto citado acima expõe rapidamente que o interesse do ambientalismo sobre o termo população tradicional é o parâmetro para identificar ou “qualificar” uma determinada “população conservacionista”. E que se reduz a tradicionalidade ao entendimento que os ambientalistas têm da conservação do meio ambiente, ainda que pesquisadores como Fleury & Almeida (2007) relatem que os estudos contemporâneos sobre o tema não conferem à tradição o caráter de invariabilidade, como apresentado nos clássicos da teoria social, mas defendam sua capacidade de incorporação de mudanças e reinterpretação de hábitos como forma de se adaptar aos contextos transitórios. (FLEURY & ALMEIDA, 2007, p. 5)

Cabe aqui um ponto importante para discussão: não se trata de cultura estática, enrijecida por comportamentos abstratos, mas sim de estar produzindo um termo identitário para fins meramente conservacionistas, como se a tradicionalidade destes lugares estivesse inerentemente relacionada ao

que se entende no debate ambientalista por sustentabilidade. Trazer estas questões de sustentabilidade para estas comunidades locais implica interferir – não estática, mas dinamicamente - em mudanças nos padrões de comportamento estabelecidos tradicionalmente, que devem ser levados em consideração quando se pretende introduzir os conhecimentos locais tidos como sustentáveis aos objetivos das políticas ambientais da conservação.

Na bibliografia, diversos pesquisadores questionam a abrangência do termo ‘população tradicional’. Para Sanches (2004), a tradicionalidade está relacionada com “parentescos e origens dos povoados e ocupação na região” (SANCHES, 2004, 39). Em Lobão (2006), a tradicionalidade está relacionada com noções que contrapõem à modernidade em diferenciação e caracterização de espaço/tempo. Little (2002) questiona adjetivações abrangentes, como populações tradicionais, que são utilizadas para representar a multiplicidade de povos e culturas em defesa da diversidade de grupos humanos existentes, afirma que:

De uma perspectiva etnográfica, por exemplo, as diferenças entre as sociedades indígenas, os quilombos, os caboclos, os caiçaras e outros grupos ditos tradicionais – além da heterogeneidade interna de cada uma dessas categorias – são tão grandes que não parece viável tratá-los dentro de uma mesma classificação. (LITTLE, 2002, p.2)

Com essas fragilidades, autores questionam a validade dessa categoria identitária, População Tradicional, pois não existe cultura estática e acreditam que operacionalmente essa designação é utilizada para motivar essa população a cooperar com os objetivos de conservação de áreas protegidas ou ameaçadas, valorizando os manejos tradicionais de sustentabilidade para a garantia dos objetivos de conservação biológica (Ferreira, 2004). Abrem-se espaços para se questionar acerca de quem são os parceiros deste tipo de unidade de conservação. Ou seja, as Populações Tradicionais são as beneficiárias e os ambientalistas os parceiros, ou o contrário: a população tradicional é que é parceira dos ambientalistas?

Interagem, neste momento, interesses de grupos em torno dos benefícios da política pública, pois, objetivamente, as Reservas Extrativistas são decretadas e implementadas através da definição, organização e/ou articulação de um grupo de pessoas através de uma identificação étnica, *População Tradicional*, sendo necessário aos beneficiários da proposta assumirem-se enquanto extrativistas tradicionais para acessarem a política pública. Como definido no art. 18 do SNUC: “a Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais ” (SNUC 2000).

Poutignat e Streiff Fenart (1998) fizeram um trabalho detalhado expondo as principais visões e correntes de pensamento sobre etnicidade em uma obra reconhecida, intitulada “Teorias da Etnicidade”; no capítulo “A etnicidade, definições e conceitos”, no item 3 “A etnicidade como expressão de interesses comuns: as teorias instrumentalistas e mobilizacionistas”, trata especificamente de um aspecto da etnicidade que pode servir como base teórica para se pensar essa questão com relação à RESEX, pois articulam um ponto de vista em que a etnicidade se torna mecanismo de mobilização de grupo para a obtenção de objetivos políticos concretos, através de uma solidariedade que expresse interesses comuns “pelos quais a luta é conduzida”. (Poutignat, 1998, p. 96).

Análises na África e nos Estados Unidos, realizadas com enfoque sobre as questões de poder e prestígio, verificaram que a etnicidade foi a ferramenta de que indivíduos se utilizaram para prevalecerem em competição econômica e política. “Em todas estas análises, os grupos étnicos são definidos como grupos instrumentais, artificialmente criados e mantidos por sua utilidade pragmática” para obterem vantagens coletivas. (POUTIGNAT, 1998, p. 96). Assim, relaciona-se o passado ecológico do grupo local pesquisado e seus envolvimento à proposta de conservação ambiental e apresenta-se a percepção dos atores locais no processo identitário:

Das condições nas quais indivíduos que podem reclamar uma pertença étnica são levados a desenvolver uma solidariedade com

outros indivíduos pertencentes à mesma categoria para conseguir vantagens políticas ou econômicas” (POUTIGNAT, 1998, p. 96).

Essa reflexão sugere investigar sob qual aspecto os beneficiários da política pública se apresentam no processo de implementação da UC e qual foi a dinâmica interna dos interesses envolvidos ao “decidirem” quem são ou não os legítimos beneficiários, qualificados como população tradicional da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau.

CAPÍTULO 3 - MÉTODOS

3.1. Levantamento documental

A **Pesquisa documental** consiste na caracterização e verificação dos ideais e objetivos da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau-BA, através de recortes e análises de documentos tais como: Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); Laudo Sócio-Econômico para a criação da RESEX; Laudo Biológico para a criação da RESEX; Regimento Interno; Plano de Manejo; Plano de Gestão Participativa⁷, Atas do Conselho Gestor e Projetos de Fomento implantados.

A leitura crítica aos documentos auxiliam nas caracterizações dos interesses representados na RESEX, pois esses interesses se articulam e interferem nas mudanças ocasionadas na UC.

3.2. Pesquisa qualitativa

Esta pesquisa se utiliza das técnicas de cunho qualitativo (BECKER, 1999; GOLDENBERG, 1999; MINAYO, 1994), para identificar, coletar e interpretar os dados acerca das percepções dos moradores(as) locais (População Tradicional), relativos às mudanças geradas com a implementação da RESEX-Marinha do Corumbau. Tem como métodos de procedimento o monográfico (ECO, 1998), o estudo de caso em observação participante e a técnica de história de vida (BECKER, 1999), assim como procedimentos que possibilitam abordar, descrever e interpretar os enfoques, cadeias de

⁷ Plano de Gestão Participativa, 2003 – Reserva Extrativista Marinha do Corumbau. Obs. Documento não Assinado.

significação de fatos ou cotidianos (MALINOWSKI, 1978; DA MATTA, 1991; GEERTZ, 1978).

Estes métodos supõem que se possa adquirir conhecimentos do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso (GOLDENBERG, 1999, p. 33).

3.2.1. Coleta de dados

Os dados foram coletados principalmente em Ponta do Corumbau; no entanto, várias questões tratadas e vivenciadas na pesquisa envolveram a RESEX Corumbau como um todo. Para dar início oficialmente a esta pesquisa de campo, foi necessária a aprovação do projeto de pesquisa, em reunião ordinária no Conselho Deliberativo do Conselho Gestor da UC. Foram necessárias duas reuniões para apreciarem e aprovarem os projetos de pesquisa, pois havia uma discussão sobre as diversas pesquisas que estavam sendo feitas e as pesquisas anteriores, cujos resultados não retornavam para a RESEX.

A condição proposta pelo conselho deliberativo foi de que os pesquisadores apresentassem suas pesquisas para todas comunidades e, em específico, aos conselheiros da Unidade. A partir de então, o projeto de pesquisa foi apresentado em todas as comunidades e em específico aos conselheiros de cada uma das seis comunidades representativas do Conselho Deliberativo.

Ponta do Corumbau foi delimitada como campo de pesquisa por ter sido o local onde foi vivenciada, com maior intensidade, a origem da RESEX, e ser conhecida como a comunidade materna da UC - não por acaso, pois foi palco dos conflitos⁸ que resultaram na mobilização interna dos pescadores

⁸ Conflitos pela retirada dos barcos "de fora".

locais para a criação da UC. Essa delimitação foi oportuna para analisar as origens da RESEX, visualizando as relações de atores e conflitos relacionados ao processo de implementação, aliada ao fato de estes atores locais ainda residirem por ali.

Minhas inserções em campo com esta pesquisa foram feitas entre julho de 2008 e fevereiro de 2009, e contou com aproximadamente 90 dias de observação participante e entrevistas. Participando do dia-a-dia da vila durante esse período, através do convívio com os moradores locais, foi possível acessar memórias, pontos de vista sobre aspectos de suas vidas e sua participação nos assuntos da RESEX.

O contato com os “entrevistados(as)” foi possibilitado através de diversas técnicas. Ocorreram entrevistas abertas com hora marcada e gravadas em áudio com Interlocutores privilegiados ou não. Foram também realizadas diversas conversas com os(as) moradores(as) locais, em situações do dia-a-dia da comunidade: encontros à beira mar, nas residências, em pescarias, participação em questões múltiplas, com enfoques na pesca ou não. Porém, diversos momentos foram propícios para se refletir sobre as questões da pesca e da Unidade de Conservação.

Foram definidos “interlocutores privilegiados” através de critérios de participação e engajamento local com os assuntos da RESEX considerados na pesquisa. Optei, em um primeiro momento, pelo mínimo de interlocutores possível para as *longas entrevistas*, delimitando apenas os interlocutores privilegiados. Busquei falar com os(as) mais antigos(as) sobre as memórias das origens do vilarejo e vinda dos “de fora”; com os mais ativos, sobre os acontecimentos e percepções sobre a RESEX, e assim por diante.

A partir dos interlocutores que já conhecia, foram-me sendo indicados tantos outros que já me conheciam; porém meus contatos por algum motivo eram menores com esses. Tentei nortear as reflexões, em cada contato, através da indagação sobre o envolvimento e a participação que os diferentes interlocutores mantinham nas questões da RESEX.

Os assuntos levantados por esta pesquisa se mostraram atuais em relação aos anseios, interesses e debates com os interlocutores, fato que se tornou perceptível desde os primeiros momentos em que apresentei o projeto de pesquisa aos conselheiros. Muitos deles ficaram curiosos em saber dos resultados da pesquisa e argumentaram que, em geral, carecem muito dessas reflexões; demonstraram confiança na proposta, entendendo a importância do momento para a exposição de questionamentos relacionados à RESEX.

Metodologicamente acerca destas interações com o campo, Geertz (1978) nos sugere que “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar interlocutores, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (GEERTZ, 1978, p. 15).

Ao iniciar o trabalho de campo participando, enquanto pesquisador, da vida cotidiana do vilarejo, através das conversas do dia-a-dia e das entrevistas diversas, acessando as memórias das pessoas locais referentes às mudanças ocorridas no vilarejo - inclusive às relacionadas com a implementação da UC - foi surgindo a necessidade de reestruturações metodológicas, uma vez que as hipóteses que norteavam a pesquisa foram sendo redefinidas na medida em que novas questões foram aparecendo na investigação, causando reformulações no percurso metodológico.

Necessitou-se de uma flexibilização metodológica para dar conta de abordar não somente as informações, mas também as maneiras com que eram transmitidas e os veículos em que isso acontecia, respeitando as especificidades da realidade local, sobretudo nas histórias de vida. Casos assim são recorrentes nos campos de estudos das Ciências Sociais, como relembra Cardoso:

A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas (CARDOSO, 1986)

Para investigar na vida das pessoas de Corumbau as mudanças sociais decorrentes do processo de implementação da RESEX Corumbau, ficou claro ser inviável compreender tais mudanças sem uma visão panorâmica sobre elas através do tempo, na percepção dos atores locais. Foi importante abordar mudanças que estão ocorrendo no vilarejo, inerentes à RESEX e até mesmo muito anteriores a ela.

Durante as entrevistas com os(as) mais antigos(as) do vilarejo de Corumbau, foi possível visualizar, mesmo que superficialmente, o longo processo de transformação e mudanças que Ponta do Corumbau vem percorrendo durante os anos. Com registros em diário de campo (BECKER, 1999; BRANDÃO, 1982) foi possível levantar dados para **interpretações** detalhadas das percepções colhidas em campo e fora dele.

Foram utilizadas técnicas de história de vida para levantamentos de dados relativos às histórias em que eles mesmos (os mais antigos) são os protagonistas e de que se lembram em detalhes. Por serem portadores e representantes da tradição oral, guardam fielmente os contos e relatos de seus pais e estes de seus antepassados. Foi possível ouvir histórias antigas, contadas de maneira parecidíssima, mesmo nos detalhes, por diversos interlocutores que viveram o mesmo período ou ouviram dos mais velhos sobre tais questões. Conforme expôs Queiroz (1988), a história de vida pode ser entendida:

Como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros do grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. (QUEIROZ, 1988, p.20)

Esta técnica de história oral foi importante para pensar um “mapeamento dos atores”, para entender como se deram através do tempo o estabelecimento dos novos moradores, proprietários de hotéis de turismo e

ambientalistas, na percepção dos nativos⁹ do lugar, visualizando, ao mesmo tempo, tanto os atores locais quanto as mudanças que foram ocorrendo no vilarejo.

Juntamente aos levantamentos de dados e à história oral, outro importante material utilizado foram as poesias do lugar, produzidas pelo Sr. Honorato¹⁰, que é um exímio poeta e orgulha-se de recitar poesias contando em rimas a sua história e as histórias de Corumbau. Em entrevistas, prefere contar as histórias recordando de suas poesias, que contam em detalhe seus próprios levantamentos orais. Estas poesias foram de grande valia para a compreensão das mudanças que ocorrem em Corumbau, na percepção de um nato, inclusive quando este material contempla questões diretas sobre as mudanças locais, ajudando na compreensão das questões abordadas.

Outra técnica de que utilizei na coleta de dados foi a construção do que chamei de “mapas mentais”¹¹, relativos à construção espacial da vila de Ponta do Corumbau. Esses mapas foram de grande serventia durante as entrevistas sobre a origem do vilarejo - que remetiam não somente ao tempo, sobre quem veio primeiro ou depois, mas também ao espaço natural. Algumas das perguntas feitas foram: “Como era Corumbau muito antigamente? Quem foram os primeiros *de fora* a chegar? Como era Comrumbau na época em que vieram? Qual era o tamanho do terreno que o Sr.(a) X comprou? Quem era o proprietário? Como era a vegetação desse local? Quem morava por lá?” etc.

Essas técnicas de observação participante possibilitaram o acesso ao significado de suas experiências através de suas próprias “lentes” - sem a pretensão, nas palavras de Geertz¹², de “um pesquisador semicamaleão, que se adapta perfeitamente ao ambiente exótico que o rodeia” (GEERTZ, 2008, p. 88), mas sim, da tentativa contínua de obter o maior subsídio possível para

⁹ Nativos é a nomenclatura identitária utilizadas entre moradores locais antes da RESEX. Exclamam –“Sou nativo, nascido e criado aqui.”

¹⁰ Honorato Deocleciano é um dos nativos precursores da RESEX, juntamente com seus irmãos Milton Deocleciano e Conceição.

¹¹ Pois muitas coisas mudaram com o tempo e há lembranças detalhadas das paisagens do passado, desde aspectos ambientais a sociais.

¹² Referindo-se a uma crítica a Malinowski sobre A Seu diário de campo publicado após sua morte.

conhecê-los. Utilizando outra definição de Geertz (2008, p. 88): “não é preciso ser um deles para entender um”. Mais que entendê-los, deve-se respeitá-los em seus termos, valorizando-os, dando voz a eles - não apenas padronizando-os em nomenclaturas abstratas ou deixando-os em segundo plano, em produções de documentos e/ou conhecimentos sobre Reservas Extrativistas.

Ressalta-se que meus contatos com o campo não advêm desta pesquisa, mas de muito antes. Há muitos anos faço às comunidades visitas que foram transformando minha relação com elas. De um veranista, tornei-me um parceiro das comunidades locais, fortalecendo elos recíprocos de afetividade. Esse estreitamento de laços se deu principalmente ao aproximar-me das questões sociais e culturais que os envolviam - como a própria RESEX - que acompanhei desde a origem com relativa distância das organizações locais e mudanças que foram acontecendo. Com a minha participação junto às comunidades, tornei-me um agente na RESEX. No ano de 2006 e parte de 2007, fui colaborador-executor como Técnico Administrativo junto da Associação de Pescadores Artesanais e Amigos da Costa do Descobrimento (APAACD), uma das seis associações da RESEX Corumbau, que representa o vilarejo de Imbassuaba.

O Projeto teve como proponente a APAACD, mas foi elaborado por ONGs parceiras, como a CI-Brasil e ECO-Mar (Organização Não Governamental de Estudos Marinhos e Costeiros dos Abrolhos). Trabalhando neste projeto, pude conhecer a RESEX Corumbau mais de perto e estar cerca de 18 meses em campo, em contato direto com os representantes das seis comunidades, participando como um agente no processo de implementação e fortalecimento da UC. Este contato com as comunidades possibilitou conhecer tanto os objetivos institucionais do projeto - entendendo a ótica e as visões de trabalho dos parceiros RESEX (através dos consultores e membros das ONGs) - como entender a visão dos nativos sobre suas necessidades econômicas, uma vez que este projeto contava com metas assistencialistas de acesso à cidadania através de mutirões de documentações e metas economicistas pelos acessos aos créditos PRONAF e ATER-Pesqueira. A Meta mais participativa desenvolvida neste projeto foi o monitoramento pesqueiro participativo.

Com isso, os pescadores locais relacionavam-me de certa forma a alguém que “traria” algum benefício direto a eles; porém, dificuldades diversas foram sendo encontradas durante a execução do Projeto, desde falhas governamentais - resultando em atrasos de recursos - a limitações no próprio projeto, associados a dificuldades inerentes à associação proponente, por ainda estar se preparando para executar projetos, para poder inclusive participar mais ativamente da elaboração destes. Ao fim da execução do dificultoso projeto, comecei a realizar essa pesquisa junto ao PRODEMA¹³, que possibilitou, fora do campo da RESEX, realizar estudos gerais sobre estas Unidades de Conservação de Uso Sustentável através de uma leitura crítica e sistemática da bibliografia sobre o tema.

¹³ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC

CAPITULO 4 ANÁLISES DOCUMENTAIS

4.1. Análises documentais

O Laudo Sócio-Econômico fundamenta a criação da UC, além de embasar outros documentos importantes produzidos pela e para a RESEX Corumbau, como o Plano de Uso, apelidado de Plano de Manejo, e o Plano de Gestão Participativa, dentre outros. Embora as RESEX sejam políticas sócio-ambientais, com princípios e objetivos de proteção cultural, o laudo abaixo é o principal documento “social” da unidade. E serão apresentadas algumas fragilidades quanto aos fundamentos das questões sócio-culturais, tanto para a criação quanto para a implantação da RESEX-Corumbau. Estas questões e fragilidades dos laudos estão sendo apontadas por estes serem os principais documentos que embasam a criação da RESEX Corumbau, servindo para se entender análises posteriores.

4.1.1. RESEX Corumbau, em busca de fundamentos para proteção¹⁴ sócio-cultural.

No intuito de visualizar como as questões culturais das populações locais - nativos, pescadores(as), marisqueiros(as), antigos(as) moradores locais etc. - foram inclusas nos documentos oficiais construídos para a criação e implantação da RESEX-Corumbau, faremos uma leitura crítica, em ordem cronológica de elaboração desses documentos.

¹⁴ Valorização

Conforme citado acima, o art. 22 do SNUC estabelece que, para toda criação de UCs, inclusive para Reservas Extrativistas, são necessários estudos técnicos. Para a criação da RESEX-Corumbau, estes estudos técnicos compreendem dois laudos: o Biológico e o Sócio Econômico.

4.1.2 - Fragilidades Sócio-culturais do Laudo Sócio-Econômico

O *Laudo Sócio-Econômico para a criação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, BA*, foi realizado pela ONG CI-Brasil e apoiado pelo CNPT e IBAMA/MMA.

Este laudo está estruturado da seguinte maneira: introdução; metodologia; caracterização das comunidades de Corumbau e Cumuruxatiba; infra-estrutura básica; pressão turística; patrimônio histórico-cultural; produção pesqueira; criação da RESEX; situação da pesca; conclusões gerais; impressões da equipe e sugestões de estudos futuros.

O referido estudo técnico apresenta de uma forma geral questões de infra-estrutura básica das localidades de Corumbau e Cumuruxatiba, mostrando algumas dificuldades destes vilarejos em relação à infra-estrutura e acesso à cidadania. Contudo, desconsidera questões que deveriam valorizar a comunidade em suas questões culturais.

O documento sugere um questionamento em sua própria estrutura de apresentação, que são as questões relativas aos aspectos de carências estruturais e pobreza materiais, inclusive sobre os parâmetros de urbanização, como saneamento, água tratada, luz, esgoto, etc. O primeiro parágrafo de exposição dos dados obtidos diz que:

A comunidade de Corumbau sofre até hoje reflexos de um isolamento geográfico imposto pela dificuldade de acesso pelas vias locais. A qualidade ambiental da região costeira nessa localidade é altamente preservada, contando com manguezais, restingas e matas nativas em toda a volta da vila. Embora esse isolamento proporcione

a manutenção da qualidade ambiental, impõe, por outro lado, restrições preocupantes à comunidade local. (p.6)

Porém, comunidades pequenas como estas, vistas na perspectiva potencial para se tornarem uma Reserva Extrativista, deveriam ser contempladas pelas suas riquezas e características sócio-culturais, em consonância com os objetivos deste tipo de unidade de conservação, quando os costumes tradicionais, em seus profundos conhecimentos do ambiente natural em que estão inseridos, propõem dinâmicas apropriadas às suas manutenções sócio-culturais de existência enquanto grupo étnico, através de atuações no tempo e no espaço em que vivem, relativas aos valores culturais estabelecidos, que norteiam as próprias mudanças locais.

Os questionamentos da estrutura de apresentação e realização do laudo sócio-econômico originam do enfoque de análise desta pesquisa, que prioriza aspectos sócio-culturais das comunidades beneficiárias da RESEX Corumbau, uma vez que este laudo técnico fundamenta a criação da unidade. Seria plausível, portanto, que ao invés de priorizarem os aspectos de pobreza frente ao acesso às infra-estruturas urbanas, terem feito um levantamento das riquezas dos modos de vida destas comunidades, frente a estas mesmas carências sócio-estruturais.

Corumbau e Cumuruxatiba apresentam preocupações quanto à falta de acesso à cidadania - transporte, saúde, pavimentação. Porém, por outro lado, gozam de privilégios de contatos íntimos com paisagens exuberantes, abundância alimentícia e qualidade de vida privilegiada se compararmos com os padrões de vida urbanos. Não podendo nesta ótica, de forma alguma, serem comparados e “aferidos” com as mesmas técnicas com as quais se analisariam questões de infra-estrutura em bairros periféricos de grandes centros urbanos, mesmo que demonstrem os mesmos índices de “pobreza” destes vilarejos. Na RESEX-Corumbau, os moradores garantem certa estabilidade alimentícia vivendo diretamente da extração dos recursos naturais marinhos, além de manterem os conhecimentos tradicionais locais, derivados dos povos indígenas Pataxó, com cultivos e extração vegetal

Em outras palavras, seria oportuno se este laudo sócio-econômico se compusesse a partir do reconhecimento das riquezas sócio-culturais que diferenciam estas comunidades de outras localidades “simplesmente” pobres, que não têm os privilégios nem os costumes tradicionais e a riqueza de recursos naturais para se adequarem às ideias e objetivos das Reservas Extrativistas.

Considerando-se que os responsáveis pela construção do documento já sabiam que esse seria destinado à criação da RESEX-Corumbau - que é uma UC com princípios e fins conservacionistas, mas com fundamentos sócio-culturais - deveriam ter avançado mais neste item, sem a necessidade de ampla pesquisa sócio-cultural, contudo demonstrando, ao menos, certa familiaridade/interesse com o tema, objetivando o fortalecimento dos elos sócio-culturais e justificando o intuito de proteger-se os meios de vida e cultura destas populações, condizente com os objetivos deste tipo de UC, afinal, este laudo foi utilizado para criação da RESEX e não para um assentamento de reforma agrária ou de um projeto de revitalização em um bairro periférico de algum centro urbano, com necessidades puramente urbanas.

Pode ser que este distanciamento do objeto de análise, que são as populações tradicionais locais, tenha se dado pela própria formação do grupo de pesquisadores, que estão ligados às questões urbanas e não conhecem ou não consideram questões inerentes a estas populações que residem longe dos centros urbanos, não foram consideradas as percepções locais de espaço e tempo. O laudo deveria considerar inclusive as diferenças infra-estruturais sócio-culturalmente estabelecidas entre as com unidades da RESEX Corumbau e as Comunidades de Pescadores Artesanais de Santa Catarina, onde esta mesma metodologia fora aplicada para o mesmo fim, como indicado na metodologia do laudo. (p. 5)

O isolamento por si só não é ruim, uma vez que essa relativa distância é que pode ter sido (ou não) fator decisivo para a (re)existência (até os dias de hoje) de traços culturais que caracterizam o saber local, que pode ser caracterizado em oposição ao modo de vida moderno, exposto na dicotomia

tradição-modernidade. Estas comunidades expõem diferentes visões de mundo, inclusive sobre percepções de tempo e espaço, quando os costumes tradicionais, em seu profundo conhecimento do ambiente natural em que estão inseridos, propõem dinâmicas apropriadas à manutenção sócio-cultural de sua existência enquanto grupo étnico, através de atuações no tempo e no espaço em que vivem, relativas aos valores culturais estabelecidos que norteiam as próprias mudanças locais.

O laudo, no entanto, prioriza os enfoques nas questões infra-estruturais dos vilarejos da RESEX ao analisar questões como saneamento, energia elétrica, transporte, assistência médica, educação e até pressão turística. No item pressão turística, alguns dados chamaram atenção, inclusive a informação de que:

Recentemente o governo estadual aprovou a pavimentação do trecho que liga a estrada de acesso a Cumuruxatiba e Corumbau, uma extensão da chamada Linha Verde. (p.9)

Após enfatizar a informação sobre a Linha Verde, o documento, ao invés de temer os prováveis impactos ambientais e sócio-culturais negativos a estas comunidades tradicionais pela crescente pressão turística, mais uma vez se prende a questões infra-estruturais. Demonstra receio em relação ao crescimento acelerado do turismo, decorrente da estrada, tão somente por estes vilarejos serem “localidades sem condições mínimas de saneamento básico e energia, entre outras carências.” (p.9)

Outra questão interessantíssima que o laudo aborda está também no item pressão turística. Além de o laudo não considerar questões do conhecimento tradicional local e apresentar imensa superficialidade no contato com as comunidades, evidenciando o desconhecimento da realidade destas populações, ainda sugerem *alternativa de renda*.

Assim, a implantação da RESEX exigirá, posteriormente, levantamentos mais aprofundados que identifiquem a existência da necessidade de atividades que possam vir a complementar a renda ou a alimentação dos moradores. Antes de sugeridas, alternativas

como cultivos marinhos devem ter sua viabilidade de exploração melhor avaliada. (p.10)

Assim, além de não considerar o conhecimento tradicional local, o laudo ainda sugere como alternativa de renda, soluções como cultivos de Camarões em fazendas. No entanto, estes cultivos são questionados por ambientalistas e população tradicional da RESEX Canavieiras, com a justificativa de não representarem vantagens nem à população local nem à sustentabilidade ambiental.

Para terminar as inferências distantes da realidade local, o laudo expõe que: “Não foi observada a existência de criação animal de qualquer tipo, ou atividades de horticultura” (p. 11). Entretanto, é sabido pelos que conhecem e/ou freqüentam as comunidades da RESEX que é muito comum a criação de animais de pequeno porte, por exemplo frangos, que representam fontes alternativas de alimentos em épocas de defesos oficiais ou tradicionais da pesca.

Alimentam-se das criações de aves quando, por exemplo, mudam os ventos, sobretudo para os ventos vindos do sul e leste. Assim como cultivam plantações de aipim¹⁵ para fazer suas tradicionais farinhas pubadas, há plantações de frutas nos quintais¹⁶ e plantas medicinais, que reconhecem como válidas, servindo-se dos conhecimentos locais - tradicionais - e indígenas.

O relatório trata superficialmente dos aspectos culturais locais e ligeiramente cita petrechos de pesca utilizados na tradição local, como canoas de tronco e as antigas linhas de tucum, utilizadas na pesca pelos antigos moradores antes da introdução do nylon:

Segundo pescadores mais velhos, a rede já foi um apetrecho bastante utilizado na região, as quais eram feitas de tucum, uma fibra natural, manufaturada a partir da palha de coqueiro. Hoje, as redes de nylon são usadas por muitos pescadores como única arte de pesca. p.19

¹⁵ Popularmente conhecido em outros lugares como Mandioca, Macaxeira, etc.

¹⁶ Cumuruxatiba é um bom exemplo.

Outro dado importante é que ao final do laudo são apresentados os objetivos do CNPT/IBAMA à época sobre estas Reservas Extrativistas. Quando se afirma reconhecer as diretrizes culturais das populações locais:

desenvolver estratégias e fomentar ações visando o desenvolvimento sustentado e a livre determinação sobre a evolução dos perfis culturais das populações tradicionais (p. 24)

O último item exposto no laudo é sobre “a condição de pescador”, que relaciona questões de satisfação com a condição de pescador e aspectos culturais das populações tradicionais. Apresenta, assim, os resultados da pesquisa acerca do contentamento ou descontentamento com a pesca, e conclui afirmando que:

Não cabe a este relatório, aprofundar-se na questão (cultural), mas sim determinar direcionamentos que ajudem a encaminhar melhorias para as comunidades de pescadores artesanais desta reserva. (p. 25)

4.1.3. Laudo Biológico: Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, BA

O laudo Biológico aborda as questões que (inter)mediam biologia e conhecimentos e/ou populações tradicionais. Porém, esta pesquisa não analisará (no laudo biológico) as questões ligadas à biologia e sim buscará as interações que se teve com as populações locais, assim como a visualização dos interesses desses atores frente ao processo de criação e implementação da RESEX-Corumbau.

O laudo biológico está estruturado da seguinte forma: introdução; localização, acesso e situação geográfica; características geoambientais;

ecossistemas e unidades de paisagem; principais ameaças aos ecossistemas da RESEX; recomendações; referências bibliográficas e anexos.

Na introdução desse laudo talvez esteja sua parte mais interessante, referente aos enfoques desta pesquisa. Estão expostas as condições naturais da região que compreende a RESEX, que faz parte do Complexo de Abrolhos e que está “ao sul do Rio Jequitinhonha até a divisa entre a Bahia e o Espírito Santo. Nesta região, existe a maior biodiversidade de todo o Atlântico Sul, com espécies endêmicas e ameaçadas de extinção” (LAUDO BIOLÓGICO, p.1). O estudo técnico foi realizado para a criação da RESEX e em seus próprios termos:

Com o objetivo de levantar o conhecimento mínimo necessário para a criação da RESEX foi realizado, neste trabalho, um levantamento rápido da biodiversidade nos ecossistemas presentes em sua área, com metodologia desenvolvida pela Conservation International para tal fim, e uma descrição destes ecossistemas, com base em visitas de campo e um sobrevôo na região. (p. 1)

O laudo também foi realizado pela ONG CI-Brasil, apoiado pelo CNPT e IBAMA/MMA, conforme sua folha de rosto. No entanto, aparece na introdução agradecimentos a outros agentes que participaram do processo:

Sua realização só foi possível devido à participação voluntária de pesquisadores, membros das comunidades locais, de ONGs como a Associação Pradense de Proteção Ambiental e o Instituto Baleia Jubarte, além de outras pessoas que, interessadas nos resultados deste processo, contribuíram de maneira significativa para a elaboração deste relatório. Estes pesquisadores foram os autores de alguns capítulos deste laudo biológico.

O que chama atenção neste momento é a exposição do reconhecimento aos interesses nos resultados deste processo. Todos os agentes ou atores citados acima comungaram dos mesmos interesses de criação da RESEX-Corumbau. As ONGs conservacionistas sempre se mostraram muito interessadas e certamente teriam e/ou tiveram alguns

benefícios com a criação de mais uma Unidade de Conservação, sobretudo fortalecendo os estudos e experiências obtidas em áreas marinhas protegidas no PARNA Abrolhos, muito antes da criação da RESEX-Corumbau.¹⁷ Para a realização do Laudo foram realizadas:

Duas expedições, uma para o Corumbau e outra para Cumuruxatiba, e um sobrevôo na região foram realizados para a coleta de dados em campo, viabilizadas com recursos do CNPT/IBAMA. Uma terceira expedição, coordenada e viabilizada pela Conservation International, passou por todos os ecossistemas marinhos da região, produzindo informações sobre a biodiversidade e estado de conservação destes ambientes em uma escala regional. (LAUDO BIOLÓGICO, p.1)

Resultante de:

Várias reuniões nas comunidades locais com visitas aos ecossistemas, durante os últimos seis meses, [que] permitiram também visitas a praticamente todos os ambientes da área da RESEX e de um acompanhamento das atividades extrativistas. (idem)

Sobre o conhecimento local, há um item na página 17 chamado: *O conhecimento local sobre os peixes*. Realizaram estudos para saberem quais eram os peixes que vivem na região, através da técnica de taxionomia¹⁸. Para isso, mostraram fotos de peixes da costa Brasileira e Caribe aos pescadores locais e estes identificaram-nos e disseram quais reconhecem como sendo “da região”. Porém, o responsável pelo estudo considera o seguinte:

Certamente este levantamento apresenta limitações, especialmente aquelas relacionadas à identificação das espécies visualmente, por pessoas que não estão acostumadas a fazer isto. Entretanto, além de fornecer uma interessante lista de nomes populares, este levantamento será usado, confrontando com dados obtidos em campo para testar o grau de conhecimento dos pescadores locais sobre a ictiofauna presente na RESEX. (LAUDO BIOLÓGICO, p. 18)

¹⁷ CI BRASIL/IBAMA. 1997. **Projeto Abrolhos 2000. Diagnóstico Ambiental, Sócio-Econômico e Institucional**. Caravelas - BA.

¹⁸ Técnica que possibilita conhecer os nomes populares dos peixes.

No entanto, este estudo de taxonomia envolvendo os conhecimentos tradicionais dos pescadores locais poderia servir tanto para o conhecimento local, em estudos que valorizassem suas regras e conhecimentos com a pesca, como para o conhecimento científico; mas o que se apresenta até aqui com os estudos dos documentos da RESEX é que utilizam das técnicas de “etno” apenas como aporte técnico científico para se obter dados de produções pesqueiras e manejos de ictiofauna para fins exclusivamente conservacionistas

Já no item *Principais ameaças aos ecossistemas da RESEX* apontam que a sobrepesca se apresenta como uma ameaça para a vida dos ecossistemas da RESEX e citam:

A sobrepesca tem-se mostrado um impacto importante sobre os recifes de corais em outras partes do mundo, como no Caribe (Nybakken 1997). Em recifes da Jamaica, a pesca predatória nos últimos 40 anos, levou alguns ecossistemas recifais ao colapso. (LAUDO BIOLÓGICO, p. 23)

Nem sempre as lidas e os manejos tradicionais dos recursos naturais foram ou são “ecologicamente corretos”; um exemplo está exposto no laudo referente às antigas produções de cal que eram feitas com a utilização de corais:

Entre os problemas ambientais que existiram no passado da região podemos citar a extração de corais para a construção civil, como pode ser observado ainda hoje em casas na região de Cumuruxatiba, e para a produção de cal (Foto 18). Na Ponta do Corumbau ainda podem ser observados indícios das antigas ‘caieiras’ que existiram na região. (LAUDO BIOLÓGICO, p. 23)

De fato, um antigo morador me contou que colhiam corais e recifes do mar para produzir cal e vender em Alcobaça. Quebravam os corais, faziam “montes e montes” dessas “pedras” ainda sobre os recifes e iam colocando na canoa para trazer para terra e assim preparar o cal. Buscava-se madeira na

mata para preparar uma imensa e perfeita fogueira; após o fogo, colocavam-se as “pedras” (corais) sobre a fogueira em brasa e jogava-se água; isso resultava na desintegração total dos corais, que davam lugar a uma massa uniforme, bem alvinha, que era o cal. Após muitas e muitas “pedras” de corais dissolvidas em caixas de cal, transportava-se tudo em uma embarcação à vela até Alcobaça. Disseram que o negócio do cal não era lucrativo e demorava-se muito para vendê-lo por lá. Além disso, tinham que esperar o “tempo virar” para poderem retornar para Corumbau com o Vento sul, pois a embarcação era grande e à vela. Nesta época, cerca de uns 30 anos atrás, não havia embarcações com motor em Corumbau; com as dificuldades de venda, o negócio não foi viável por muito tempo e pararam de vender cal de corais - e a partir disso ninguém mais o fez.

Os laudos representam estudos que fundamentam a criação da RESEX e embasam o Plano de Manejo da Unidade. O Laudo Biológico é mais fundamentado e completo perante o Laudo Sócio-econômico, resultado da influência de ONGs Conservacionistas na coordenação e realização dos documentos que o compõe.

4.1.4 – “Plano de Manejo” da RESEX Corumbau

O atual Plano de manejo, de 2002 nunca fora oficializado, porém é o documento que estabelece a Gestão da Unidade de Conservação, incluídos os acordos de Concessão de Direito Real de Uso, delimitações geográficas etc. Este plano foi elaborado pela CI-Brasil, Projeto Abrolhos, em cooperação técnica com IBAMA/CNPT. O presente plano teve como fundamentos de elaboração o laudo sócio-ambiental e o biológico, acima citados.

Através de leituras e análises sistemáticas do Plano, no entanto, visualiza-se, desde seus objetivos, um contínuo de restrições e proibições à

população tradicional beneficiária. E ainda que tenha havido dezenas de reuniões com as comunidades locais para a discussão de construção do plano, interesses nítidos da conservação se evidenciaram.

O “plano de manejo” está estruturado nestes 14 itens: 1. objetivos do Plano de Manejo, 2. metas a serem alcançadas, 3. responsabilidades na gestão da reserva extrativista, 4. responsabilidades na execução do plano, 5. macrozoneamento da reserva, 6. zonas marinhas protegidas e zonas de uso restrito, 7. atividades permitidas na RESEX Marinha do Corumbau, 8. atividades proibidas na RESEX Marinha do Corumbau, 9. categorias de extrativistas e usuários cadastrados na RESEX, 10. direitos e limitações dos extrativistas e usuários cadastrados, 11. credenciamento de embarcações, 12. potencialidades de exploração dos recursos, 13. necessidades de melhoria da qualidade de vida, 14 - sobre o não cumprimento deste Plano de Manejo.

Os itens acima numerados, em sua maioria são relativos a manejos científicos, acerca *do que se pode ou não se pode fazer* na Reserva Extrativista, visando principalmente à garantia e manutenção dos recursos naturais da unidade. Segundo o próprio documento seus objetivos são:

1.1 Assegurar o uso racional dos Recursos Naturais da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau mediante a regulamentação de sua utilização e dos comportamentos a serem seguidos pela população extrativista no que diz respeito às condições técnicas e legais para a exploração racional da fauna marinha. Está aqui contida a relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos extrativistas, bem como as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir as legislações ambientais.

1.2 - Manifestar ao IBAMA o compromisso dos extrativistas de respeitar a Legislação Ambiental e este Plano de Manejo.

1.3 - Servir de guia para que os extrativistas realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade ecológica, econômica e social. O conceito de “sustentabilidade” é definido aqui como a implantação e a consolidação de atividades exploratórias e produtivas que permitam: a manutenção biológica dos ecossistemas da área da RESEX; a reprodução permanente das espécies aquáticas animais ou vegetais que tenham no mar seu normal ou mais freqüente meio de vida, bem como sua regeneração completa; e que possibilitem à população local viver em condições de crescente qualidade e dignidade.

1.4 – Este Plano de Utilização deverá ser revisto três anos após sua publicação, incorporando os conhecimentos decorrentes da observação de seu funcionamento pela comunidade e das

informações geradas pelo Programa de Monitoramento da Reserva.

No entanto, questões mais aprofundadas do conhecimento tradicional local não foram novamente consideradas como importantes. Um exemplo disso são as delimitações e demarcações das áreas protegidas marinhas, que estão demarcadas tão somente, por coordenadas de GPS, que não são de domínio da população local. Expostos no item 6:

6.1 - Zona Marinha Protegida dos Recifes Itacolomis.

6.1.1 - Fica expressamente proibida a realização de qualquer prática extrativista ou de turismo no polígono, com área aproximada de 1.829,10 hectares, formado pelas coordenadas:

a) 16° 55' 56,72"S; 38° 58' 44,10"W;

b) 16° 55' 09,44"S; 39° 04' 03,05"W;

c) 16° 54' 08,14"S; 39° 03' 53,83"W;

d) 16° 54' 55,82"S; 38° 58' 31,28"W;

6.1.2 - Esta área é destinada exclusivamente à reprodução das espécies recifais para o repovoamento das áreas de entorno, e à realização de pesquisas científicas devidamente autorizadas pelo CNPT/IBAMA e Conselho Deliberativo.

Será que os beneficiários e usuários da RESEX têm habilidades ou acesso a tais recursos para saberem onde ficam tais áreas protegidas? Será que o uso de tal aparelho não impacta negativamente os conhecimentos tradicionais de localização dos pontos de pesca? Essas são questões que nos remetem à reflexão sobre os conflitos de linguagem e visão de mundo entre os saberes tradicionais e conhecimento científico. Lima¹⁹ comenta esses interesses e objetivos e também faz uma análise crítica deste processo em seu relatório:

Como podemos notar, o objetivo principal que determina o art. 18 do SNUC não está explícito nos objetivos do plano de uso da RESEX Corumbau, ou seja, a "proteção" dos meios de vida e a cultura das comunidades. Embora a proteção dos recursos naturais da reserva

¹⁹ Hélio de Castro Lima, ou Helinho, como é conhecido na RESEX Corumbau, foi assessor técnico de campo do Consultor em Associativismo e gestão participativa e produziu um relatório para o Projeto implantado do FNMA, na ação identifica RESEX, em que foi definido pelos representantes das comunidades locais quem são os legítimos beneficiários; é o último passo dado para construção do atual plano de manejo.

extrativista seja uma das formas de assegurar os seus meios de vida para as gerações futuras, o manejo praticado tradicionalmente há gerações pelos pescadores da RESEX, segundo uma complexidade cognitiva na apropriação do seus espaços - o “saber local” – sobretudo os padrões culturais dos pescadores destas localidades na reprodução dos seus espaços sociais, não fora sequer mencionado e, portanto, a reflexão e o entendimento da questão cultural desses extrativistas, negligenciada. (LIMA, 2006, RELATÓRIO IDENTIFICA RESEX -FNMA)

Lima (2006) esclarece que suas críticas são tão somente direcionadas aos objetivos de seus trabalhos de identificação dos beneficiários em um processo participativo com a População Tradicional, na tentativa de que esses atores locais:

Atuassem como sujeitos do processo, assumindo suas identidades de pescadores tradicionais, ou mesmo extrativistas, na luta para a reprodução social nos seus espaços de produção. Acredito que este processo, lento, se dá por meio de envolvê-los nos processos sociais enquanto sujeitos políticos nos processos de tomadas de decisões. (LIMA, 2006, p.8)

No entanto para a concessão de direito real de uso da unidade a atual legislação expõe através do SNUC, Art 18, §1 que a:

Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.” (SNUC, 2000)

Assim, o mecanismo legal das Reservas Extrativistas exige a identificação de “quem é ou de quem será” a população tradicional beneficiária da proposta desta política pública sócio-ambiental. Porém, somente no item 9 do plano de manejo da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, 2002, esse tópico foi contemplado. Os beneficiários da proposta foram divididos em categorias da seguinte maneira:

9. CATEGORIAS DE EXTRATIVISTAS E USUÁRIOS CADASTRADOS NA RESEX

9.1 - Para fins deste plano, todos os extrativistas e demais usuários cadastrados deverão ser enquadrados na categoria em que preenchem os pré-requisitos, conforme definido abaixo:

9.1.1 - Pescador Principal:

a) Residir na área da RESEX a , pelo menos, 4 (quatro) anos;
b) Praticar a pesca como atividade indispensável à sua sobrevivência a, pelo menos, 4 (quatro) anos na área da RESEX.

9.1.2 - Pescador Secundário:

a) Residir na área da RESEX a , pelo menos, 4 (quatro) anos;
b) Praticar a pesca como atividade econômica a, pelo menos, 4 (quatro) anos, na área da RESEX.

9.1.3 - Morador Local e Eventual Pescador:

a) Residir na área da RESEX a , pelo menos, 4 (quatro) anos;

9.1.4 - Demais usuários:

a) Possuir autorização especial expedida pelas associações locais de acordo com regras e normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, atendendo à legislação específica. “Essas regras e normas deverão estar em conformidade com critérios estabelecidos em assembléia.”

Parágrafo único: Os jovens, com até 18 anos de idade, que residam nas comunidades da RESEX a pelo menos 4 anos, terão o direito de se cadastrar como Pescadores Principais, desde que aprovados pela comissão definida no item 9.2 deste Plano.

9.2 - Uma comissão, eleita em assembléia, certificará a veracidade das informações prestadas por cada extrativista/usuário, anteriormente ao seu credenciamento, e será responsável pelo enquadramento em cada categoria, observando e respeitando os critérios definidos acima. O resultado final será apresentado em assembléia para aprovação pela comunidade. A lista de pescadores e usuários cadastrados na RESEX Marinha do Corumbau em suas respectivas categorias será submetida ao CNPT/IBAMA para publicação e/ou outra forma oficial de divulgação.” (PLANO DE MANEJO, 2002, p.11 e 12)

No Plano de Manejo 2002, os extrativistas e demais usuários *devem se “enquadrar nas categorias...”*, ou seja: pertencer aos beneficiários é ser pescador, ter a pesca como seu indispensável meio de vida e residir no local há 4 anos. Ainda foram classificados em termos de utilidade, como principal, secundário, morador local, eventual pescador e demais usuários. Pode-se dizer que, até aqui, a lógica de pertencimento ao grupo dos beneficiários esteve ligada tão somente às questões produtivas da pesca, não envolvendo nenhuma abordagem étnica na questão identitária das populações

tradicionais, sendo que os pescadores de subsistência, que utilizam técnicas de pescas artesanais, portadores de pequenas embarcações e que cultivam animais de pequenos portes não foram contemplados, opostamente ao que indica a diretriz das Reservas Extrativistas no art. 18 do SNUC.

Lobão, enquanto consultor em *processos associativistas ou gestão participativa* pelo Projeto do FMNA²⁰, foi o primeiro a oficialmente questionar alguns passos do processo de implementação da UC. Em um relatório parcial de sua reconstrução da história da RESEX Corumbau de 2005, comenta brevemente que determinadas decisões interferiram nos rumos atuais da gestão da Reserva e que tais decisões resultaram nas fragilidades do plano de manejo: “a primeira delas diz respeito à indefinição real da população tradicional local”. Também questiona a importância dada até o momento às definições de populações tradicionais constantes no Plano de Manejo:

Neste documento a definição da população tradicional aparece somente no nono item, depois do zoneamento, das proibições e outras proibições. É um documento com a lógica do “não pode” em vez do ordenamento, do “como pode”. Mas neste item vemos que os “extrativistas e demais usuários (?) cadastrados” deveriam ser enquadrados em quatro categorias, com níveis distintos de acesso aos recursos da RESEX. A primeira delas, pescador principal, corresponde àqueles que residem na “área da RESEX [mar?] a , pelo menos, 4 (quatro) anos” e ter a pesca como “atividade indispensável à sua sobrevivência a , pelo menos quatro anos na área da RESEX”. O “pescador secundário”, segunda categoria, difere da primeira no sentido de que a pesca não é uma atividade **indispensável** à sua sobrevivência. A terceira categoria é a de morador e eventual pescador, que também resida na área da RESEX há quatro anos. Uma quarta categoria, a de demais usuários, não sofre nenhuma restrição, bastando uma autorização especial das associações locais, em conformidade com regras que seriam estabelecidas. (LOBAO, RELATÓRIO PARCIAL, MAIO DE 2005)

A partir de então, Lobão coordenou trabalhos para a identificação da População beneficiária da RESEX Corumbau, no intuito de fortalecer a

²⁰ Projeto: fortalecimento da gestão participativa do uso dos recursos pesqueiros na RESEX Marinha de Corumbau (convênio 051/03 – Fundo Nacional do Meio Ambiente - APPA)

construção do novo Plano de Manejo, e lançou bases rumo ao processo participativo junto das comunidades da Reserva Extrativista, num intuito de dar voz aos atores locais no processo chamado de *identifica RESEX*, que foi até o momento o último passo dado para a construção novo Plano de Manejo Participativo e será contemplado adiante.

CAPITULO 5: MAPEAMENTO DOS ATORES

5.1. Memória das origens dos nativos de Corumbau

*“Mas o tempo foi passando
E a gente de fora foi chegando
Com mais experiência
Coqueiros foram plantando
Viram que as casas de palha funcionavam
Os cocos eles usavam nas moquecas
E as palhas os barracos eles trançavam
Dava pra ver que as coisas se modificavam”
Honorato²¹*

Este recorte da poesia local de Honorato sugere uma reflexão para pensarmos a genealogia dos atores sociais de Ponta do Corumbau. A “gente de fora”, a quem ele se refere neste trecho de sua poesia, são os próprios nativos, a população tradicional da RESEX em um período de tempo passado, porém memorável. Foi quando grupos de pessoas chegaram ao local, vindas de Porto Seguro, Coroa Vermelha e região. Os nativos anteriores a este período seriam os indígenas da Aldeia Mãe - Barra Velha.

Antes da década de 1950, Corumbau não ficava onde fica hoje, mas do outro lado do Rio Corumbau, onde hoje está a localidade de Bugigão, município de Porto Seguro; o lugar em que hoje é Ponta de Corumbau, ou Corumbau, chamava-se Pontal. Segundo relato dos mais antigos do vilarejo, toda a geografia do lugar era diferente: o atual farol não existia, havia um outro farol; a barra do rio era muito distante de onde está hoje, ela desembocava perto do antigo farol, e a Ponta - ou Pontal, como era chamada - era bem

²¹ Trecho da Poesia “O Começo de Corumbau”. ANEXO I

maior, cheia de árvores; a maré com o tempo foi retirando muita areia até ficar como está hoje. Dizem os mais antigos que naquela época, em Pontal (atual Corumbau), morava apenas um senhor por nome Manduca Simões; havia umas cinco casas em que ele recebia sua família, que vinha às vezes de Porto Seguro visitá-lo. Na ponta do Corumbau, nesta época, havia uma mata, uma capoeira²², que Manduca “roçou” para plantar coco e assim aconteceu com toda a costa marinha de Ponta do Corumbau.

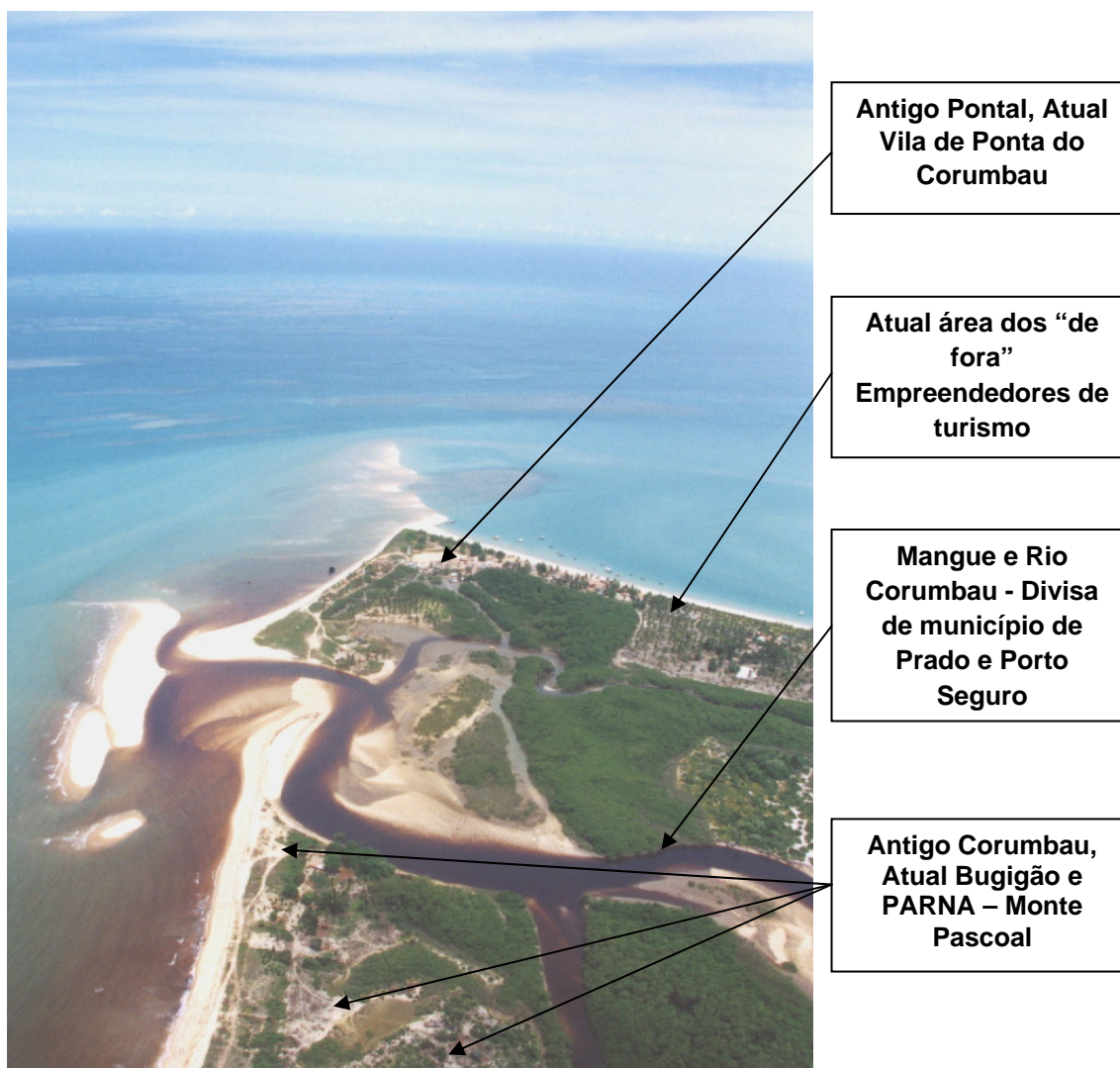


FIGURA III: Visualização aérea de Ponta de Corumbau²³

²² Mato Ralo, uma mata em regeneração.

²³ Fonte: foto de Ronaldo Oliveira - Arquivo RESEX-Corumbau

Pode-se dizer que o advento da vila de Corumbau, como conhecemos hoje²⁴, teve origem com o acontecimento trágico conhecido como *Fogo de 51*²⁵, em aldeia Barra Velha, quando os moradores vivenciaram um massacre envolvendo torturas e mortes por mais de 15 dias pela polícia do Estado da Bahia, fato do qual a memória local tem ótimo registro²⁶; com a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal²⁷, em 1961, e com a vinda de pessoas da região de Porto Seguro e Coroa Vermelha. Tais períodos foram muito difíceis e os mais antigos emocionam-se ao lembrar - ou relembra com determinada “frieza”, mas mostrando em suas expressões uma força de sentimentos por terem essa história “pesada” para contar aos seus. No entanto, são histórias que necessitam ser acessadas para que se compreenda melhor alguns aspectos que influenciam os comportamentos dos primeiros moradores de Corumbau, inclusive quando relacionamos a eles os aspectos políticos da Reserva Extrativista, considerando que tanto o *fogo de 51* quanto a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal em 61 foram os principais contatos que tiveram com agentes do Estado e, em ambos os casos, foram violentados e retirados à força do local onde habitavam.

Com o fogo de 51 e a decretação do PARNA-Monte Pascoal, houve um êxodo local: muitas pessoas não tiveram outro lugar para ir, muitos foram para outras regiões do país, construindo novas aldeias ou foram para centros urbanos; dentre aquelas que permaneceram na região, tanto pessoas da aldeia como do antigo Corumbau vieram para o Pontal ou Ponta de Corumbau; porém Corumbau já tinha dono e assim tiveram que construir casas pequenas e em espaços de Marinha, onde tiveram conflitos e cooperação com este órgão para ali poderem permanecer. Com esse movimento de ocupação do Pontal, outras pessoas se achegaram vindas das roças locais²⁸ em busca de uma vida melhor, sobretudo por conta dos peixes. Assim foram constituindo e formando

²⁴ Ver esboço de Ponta de Corumbau construído em campo, ANEXO VI

²⁵ Massacre em Barra Velha

²⁶ Poesia local, que relata o massacre, aos índios Pataxós em 1951. ANEXO II

²⁷ Unidade de Conservação de Proteção Integral (sem habitantes), com sua decretação, foram indenizados e retirados todos os moradores do Antigo Corumbau, que vieram se estabelecer no Pontal, hoje atual Ponta de Corumbau.

²⁸ Pessoas que trabalhavam com agricultura, empregados e outros.

o atual Corumbau: faziam casas de palha e piso de mangue²⁹ - há uns 40 anos já havia umas 40 casas de palha na Ponta de Corumbau. Esse pessoal por ali ficou por um bom tempo, cerca de uns 10 anos, até começar a chegar os primeiros “de fora”³⁰.

Essa população local, que se auto identifica como nativa, vivia sobretudo da pesca e dos recursos pesqueiros, sendo Corumbau muito farta de peixe; contam que havia muito peixe, mas não havia compradores. Basicamente a moeda de troca neste período era o peixe, que trocavam em um pequeno comércio por alimentos, tecidos, etc. Este comércio, salgava os peixes e os vendia para fazendeiros da região.

Esses pescadores utilizavam todos os petrechos de pesca artesanal construídos manualmente. Utilizavam algumas técnicas indígenas na pesca, em canoas rústicas, com linhas de tucum para pesca de linha e rede, redavam camarão manualmente em puçás,³¹ realizavam pesca de facho³² - com amplos conhecimentos sobre os ciclos naturais relativos à pesca (marés, ventos), sobre as marcações de pesqueiros e técnicas de capturas diversas – inclusive, muitos dos petrechos artesanais de que dispunham para pesca estão cada vez mais em desuso em Corumbau.

Os nativos de Corumbau, mesmo tendo parentesco com os índios pataxós - alguns com pai ou mãe indígenas, originários de Barra Velha ou de Coroa Vermelha - não se identificam como índios e referem-se a esses como “outros”, fazendo o recorte: nós, os nativos; eles, os índios. Reconhecem em alguns casos certa irmandade entre nativos e índios ou também reconhecem os índios como os primeiros nativos, não havendo uma regra de rejeição entre estes dois grupos étnicos; pelo contrário: há muita cooperação inclusive nas

²⁹ Técnica tradicional, para construção de pisos, feitos de barro de mangue.

³⁰ Na vila de Corumbau os (atuais) antigos moradores se auto-nominam espontaneamente de *nativos* e dizem com orgulho, “nascidos e criados aqui!”. E os “outros” eles chamam de “os de fora”, “brancos”, “alemão”, “gringos ou gringas” etc.

³¹ Em Anexo - foto do Puçá, petrecho manual para captura de camarões. Técnica tradicional praticamente inexistente em Corumbau

³² Técnica de pesca artesanal, com um facho de luz (geralmente a querosene). Pesca noturna de tainhas e outros peixes. Utilizam facão, o peixe fica imóvel por conta da luminosidade do facho” e com o facão, mata-o. Em Cumuruxatiba ainda é praticada esta pesca, inclusive pelos pescadores jovens.

relações de compadrio na troca do pescado de Corumbau pelos produtos da agricultura vindos de Barra Velha, como farinhas de mandioca, abóboras, milhos, dentre outros. Relações de troca de mercadoria são realizadas até hoje, especificamente entre Bugigão, aldeias indígenas e assentamentos locais, mantendo antigas relações sociais de solidariedade entre as comunidades locais.

Porém, atualmente, com questões conflitivas envolvendo demarcação de territórios indígenas e diálogo sobre a possibilidade de demarcação da RESEX-terra³³, intensificam-se conflitos internos, quando grupos locais (nativos) se posicionam opostamente no debate. Enquanto um grupo defende a ampliação de terras indígenas ou criação da RESEX terra, afirmando-se enquanto índios ou populações tradicionais para a obtenção de garantias de uso exclusivo do território e sustentabilidade ambiental, outro grupo se posiciona contra essas duas opções de território comum e articulam seus discursos em favor dos empreendedores de turismo e Resorts locais, justificando que necessitam destes empreendimentos para seu sustento, considerando que vários de seus parentes trabalham nestes estabelecimentos.

Foi observada durante o trabalho de campo uma articulação de um grupo de empresários e empreendedores do turismo em se montar uma *Associação dos Empresários de Turismo em Corumbau*³⁴. Segundo comentários, a primeira pauta da organização seria para a retirada das Cabanas e bares de praia. No entanto, estas cabanas representam os poucos estabelecimentos comerciais de Corumbau que pertencem aos moradores locais e servem ao turismo local de passagem - visitantes vindos, sobretudo, de Cumuruxatiba e Caraíva.

³³ É a possibilidade legal de expansão da RESEX para a terra, visto que a RESEX Marinha do Corumbau, compreende apenas espelho d'água.

³⁴ Que não se fortaleceu por falta de adeptos que assumissem a proposta.

5.2. Memória da vinda dos atores “de fora” - em terra

*“Na minha opinião,
Cada Nativo que vende um pedaço de Corumbau
Em vez de subir, desce um degrau
Mais isto acontece em todo este litoral
Aconteceu em Porto, Arraial, Trancoso, Caraíva
E agora em Corumbau.”
Honorato³⁵*

O poema da epígrafe, também de autoria de Honorato, refere-se a uma precaução, um temor simbólico, representando uma crítica do grupo dos moradores locais, que lutaram pela criação da RESEX, para que não aconteça em Corumbau o que já acontecera em Porto Seguro, Trancoso, Arraial d’Ajuda e Caraíva - um fenômeno advindo da especulação e exploração turística em si mesma, e imobiliária, que gera o movimento dos mais pobres do centro para periferia. Daqueles que vão sendo deslocados pelo turismo que especula os terrenos da faixa turística, geralmente em beira de rio, mar e mirantes, etc. Porém, a geografia local não permite uma periferia próxima, pois Ponta de Corumbau é uma faixa estreita de areia, que fica entre o mar e o mangue. Então, quando um nativo vende sua casa ou terreno, ele tem que sair de Corumbau, tendo como opção adentrar em área do Parque Nacional do Monte Pascoal, na Aldeota de Bugigão, ou se retirar de Ponta de Corumbau e ir para periferias distantes em outros vilarejos ou assentamentos agrários longe da pesca.

Lembram os mais antigos que o primeiro proprietário de terras³⁶ “de fora” chegou há uns 30 anos, o alemão Sr. Johan, conhecido por Lorri³⁷ na comunidade. Depois veio Renato Acharer com o finado Senador Ulisses Guimarães³⁸, o Jorjão³⁹, que em seguida apresentou o lugar para sua prima

³⁵ Poesia de Honorato “Mudanças na Vila de Corumbau. Anexo III

³⁶ O recorte trata apenas da área referente à Ponta de Corumbau, sendo que o levantamento para outras localidades, como o Carroula, geraria uma lista imensa.

³⁷ Que é atual proprietário do Resort Jocotoca

³⁸ Onde é hoje o Resort São Francisco, de Marcelo Barbará.

Dna. Renata Melão⁴⁰. Estes são os principais empreendedores do turismo e proprietários da maior faixa das terras de Ponta de Corumbau⁴¹.

Conta um antigo morador que tudo isso era de sua família e compadres e foram vendendo pouco a pouco para esse pessoal. Mileno Santana e Dona Menininha (Maria das Dores) venderam para Renato e Ulisses Guimarães; Arlindo Braz vendeu para Dna. Renata Melão e assim por diante

Importante observar que a vinda desses proprietários de terras relaciona-se com o início do advento turístico em Corumbau e foram estes compradores que construíram hotéis e resorts em Corumbau, sendo, com isso, construída uma nova relação social no vilarejo. Os nativos do local foram sendo (trans)formados em servidores e trabalhadores do turismo, foram/são trabalhadores da construção civil, camareiras, cozinheiras(os), seguranças, jardineiros, zeladores, garçons, gerentes, dentre outras funções.

Com o tempo, no entanto, houve mudanças na dinâmica das compras de terras pelos “de fora”: essas compras eram feitas em grandes lotes, mas recentemente algumas pessoas⁴² começaram a comprar as casas dos moradores locais, advindas do crescente interesse turístico e especulação imobiliária. Lembramos que Ponta do Corumbau é um local restrito e não tem para onde crescer pois é rodeado por praias e mangues; portanto, a venda de uma casa em Corumbau significa a retirada de uma família do local, fato que tem ocorrido com frequência. Um caso notório em Corumbau é o da Sra. Martine⁴³ - a “Gringa”, como é chamada na vila - que comprou as casas de Nego Liço, Judete, Arlinda, Bigode, Neco, Natan e Nao, e construiu uma casa para moradia, uma que “pretende” doar para a “saúde” e outras que reformou e

³⁹ Residente há mais de 30 anos em Corumbau, com um restaurante e pousada - Canal do Pampo - em Ponta do Corumbau.

⁴⁰ Onde é o Resort RPPN, Vila Naiá, do qual é a atual proprietária.

⁴¹ Muito embora não sejam os únicos que exercem influência, outros empresários, donos de terras e pousadas em vilarejos próximos também tem influência em Ponta do Corumbau.

⁴² Alguns destes compradores são denominados aqui por “novos moradores”.

⁴³ Martine Renwart, lançou na Europa *Le Projet Corumbau*, através do qual arrecadou recursos, instalou luz, rede de esgoto, poço artesiano, pretende construir um posto médico e construiu uma pousada. (Relatório Parcial. Lobão. Maio, 2005. Projeto FNMA). Segundo relato, estas casas não estão em seu nome, mas no de um empresário que mantém investimentos no local.

fez pousada para o turismo. Essas famílias que venderam suas casas vivenciam o processo de exclusão “centro-periferia” e estão hoje vivendo no Bugigão. LIMA (2006) fez uma referência sobre este caso de Sra. Martine, e cita:

O que me parece mais estranho é que a maioria das casas que Martine comprou não se encontra em seu nome, e sim no nome de um empreendedor de turismo. Ao mesmo tempo em que compra suas casas, Martine realiza obras de saneamento e outras também assistenciais, ganhando confiabilidade de grande parte dos moradores, especialmente no grupo do seu Raimundo, que vê nela uma grande parceira sem, no entanto, questionar sobre o porquê de tanta generosidade misturada à ganância de comprar tantas casas. (LIMA 2006, RELATÓRIO IDENTIFICA RESEX)

Com isso Corumbau, na visão de alguns nativos, está deixando de ser uma vila de pescadores e se transformando cada vez mais, em uma vila turística, explorada em maioria por gente “de fora”. Estes “de fora” trazem outras visões de mundo e impõem visões mercantis capitalistas, modificando estruturalmente, em função do turismo, o regime de trocas e trabalho e os ritmos ecológicos sócio-ambientais tradicionais da antiga vila de pesca. Essas mudanças confrontam com os objetivos da RESEX, uma vez que “proteger o meio de vida e a cultura das populações” é o objetivo principal desta UC, em consonância com o Art.18 do SNUC. Ao perguntar a um pescador sobre a manutenção das tradições em Corumbau ele me respondeu:

“Eu acho e já falei em uma reunião lá no veleiro, daqui vinte anos, essa cultura vai acabar, não é por nada não, é que essa criançada ai, pouco se interessam pela pescaria, e os mais velhos vão cansando, vão abandonando e vai ficar muito pouco pescador, e a criançada ta indo mais trabalhar com o turismo, hotéis. E a pescaria é muito pesada, precisa sair cedo, duas horas da manhã, eu pesco porque gosto, é bom quando você faz uma coisa que gosta, ter uma profissão que você gosta.” (PESCADOR I)

São factíveis tais mudanças na medida em que os jovens que operam no turismo acabam se distanciando da pesca, e quando foram perguntadas a eles questões ecológicas que todo pescador sabe, como o estágio da lua, da

maré, da viração dos ventos, dos defesos, dentre outras, não souberam responder. Isso se torna uma questão relevante “para se pensar” na medida em que os anseios destes jovens e seus discursos se desconectam “rapidamente” dos valores e saberes dos mais velhos.

Por outro lado, há hotéis em que estes moradores locais representam extrema maioria do quadro de funcionários, recebem hóspedes em alguns idiomas, entendem de leis de mercado ao mesmo tempo em que demonstram muita preocupação com a conservação ambiental, pois dizem que seus hóspedes vão até lá por isso (beleza cênica) e querem ver tudo bem conservado. Alguns inclusive apontam críticas aos pescadores locais e dizem que estes não dão o exemplo e argumentam que, quando levam turistas para visitação em bancos de corais, os pescadores locais jogam suas “garatéias” ( ncoras) sobre os corais vivos, o que leva alguns turistas a questionar a falta de um trabalho de conscientiza o junto a eles.

5.3. Memória da vinda dos “de fora” - pelas  guas

*“...Não existia depreda o
Os  ndios não tinham nem anzol
Olha são como o peixe sumiu
Antigamente era tão fácil
Que os índios matavam de flecha na beira do rio.”
Honorato⁴⁴*

Pelas  guas, “os de fora” chegaram com a “descoberta do camarão” em abundância. Há aproximadamente 21 anos⁴⁵ descobriram camarão em Corumbau devido a um naufrágio envolvendo turistas que estavam indo a Abrolhos a passeio e foram surpreendidos com “o vento sul”, ocasionando o

⁴⁴ Trecho da poesia de Honorato “O começo de Corumbau”. Anexo I

⁴⁵ A precisão da data representa a coincidência da vinda de um barco “de fora” de captura de camarão, justamente na época em que o “Lucas” nasceu; informando a idade de Lucas, soube-se quando foi que o primeiro barco baloou em Corumbau.

desaparecimento da tripulação; além dos turistas, sumiram também dois filhos de Zé Nozinho⁴⁶. Aviões sobrevoaram e barcos de Alcobaça rondaram a região em busca de vestígios; como em Alcobaça a técnica de baloar camarões⁴⁷ já era praticada, baloaram em Corumbau e capturam muito camarão. A partir deste episódio, começaram a vir barcos de Alcobaça para baloar e capturar camarões com grande intensidade e esforço de pesca, momento em que surgiram os primeiros atravessadores de fora e o primeiro defumador/frigorífico de Corumbau. Logo em seguida, mais de 200 barcos “de fora”, exploraram camarões em Corumbau e isso durou aproximadamente 10 anos.

Antes desse episódio, da vinda dos “de fora”, os pescadores locais pescavam em canoas⁴⁸, e a captura de camarões para isca era feita com o Puçá. O advento da captura de camarão com barcos a motor foi um “divisor de águas”, pois pescadores locais embarcaram com esses “de fora” e a partir deste momento uma relação de exploração intensa dos recursos naturais lhes foi “apresentada”, introduzindo nova noção de pesca a esses pescadores, transformando-os em “uma espécie de operários da pesca”.

Os primeiros barcos a motor de Corumbau foram de Jorjão e do finado Manoel-Nuquinha⁴⁹, mas esses barcos não baloavam ainda. Apenas os barcos “de fora”, sobretudo os de Alcobaça, “baloaram” em Corumbau durante este longo período. Os pescadores locais embarcavam com os pescadores de fora e saíam pescar. Com o tempo, os pescadores de Corumbau foram adquirindo embarcações e se tornaram proprietários de seus barcos⁵⁰.

Valério é um caso interessante. Segundo os entrevistados, Valério é um empresário de Vitória-ES que fez amizade com os pescadores de Corumbau e procurou uma maneira de ajudá-los através do empreendedorismo na pesca. Valério, vislumbrando um mercado seguro de pesca de camarão em Corumbau, fez um empreendimento junto com os pescadores locais:

⁴⁶ Pescador de Alcobaça.

⁴⁷ Técnica de captura de camarão, arrasto simples com portas.

⁴⁸ Feitas com único tronco de madeira de forma tradicional, os índios as confeccionavam com fogo, antes mesmo dos instrumentos e ferramentas de aço.

⁴⁹ Pai de Seu Raimundo - ex-presidente da Aremaco e Ex-administrador de Corumbau.

⁵⁰ Muito embora eles tenham tido grande dependência dos atravessadores.

emprestou dinheiro a alguns pescadores para compra de barcos, petrechos de pesca, manutenção e gelo. Isso tudo ele “rachava” com os pescadores e o diesel era descontado da pesca. Com isso, Valério introduziu aos pescadores locais uma dinâmica de negociações que eles até então não conheciam. Foram cerca de 12 barcos que introduziu em Corumbau; isso ocorreu após o processo de decretação da RESEX e expulsão dos barcos de fora.

Um pescador tentou me explicar a proposta de pagamento dos barcos. Disse que a “combinação com o pescador” foi: 30% de juro e 20% para pagar o barco; exemplificando: de cada 1000 reais, 500 reais era para Valério (sendo 300 reais dos juros e 200 pra pagar o barco), os outros 500 reais, do pescador.

Alguns não conseguiram pagar os barcos justificando juros muito altos e aumento demasiado do esforço de pesca para conseguir honrar com o compromisso rapidamente. Assim, uns devolveram o barco, enquanto outros ainda mantêm dívidas com o empresário. Foi perguntado se foi Valério quem trouxe peixe de choque⁵¹ para exportação, ao que um interlocutores respondeu:

“Peixe de choque já tinha antes de Valério, a gente levava no Prado. Valério não mudou nada: ele comprou os barcos, mas não fez uma estrutura e se não tem uma estrutura, então não adianta. Ele pensou que fosse uma coisa e foi outra completamente diferente, não foi aquilo que ele imaginou. Ele chegou aqui em uma época boa de camarão, quando tinha muito camarão. Ele viu aqueles barcos carregados e se empolgou, mas só tem 4 meses de camarão no ano.” (PESCADOR I)

No entanto, o momento em que Valério chega à RESEX é relevante, pois significou a transição entre o afastamento dos barcos “de fora” e a vinda de barcos para os “de dentro”.

⁵¹ ‘Peixe de Choque’ é uma técnica de processamento do pescado que atende aos requisitos do mercado europeu, com a utilização de gelo mesmo dentro da embarcação.

Hoje, a principal arte de pesca utilizada em Corumbau é o arrasto de camarão, também chamado de balão de camarão. Nas palavras de um pescador: “Corumbau tem uma boa puxada no camarão e a pesca, vamos dizer assim, está em segundo plano!” Vários pescadores sustentam posições críticas quanto à pesca de Camarão, mas assumem que a pesca de camarão é economicamente mais segura que a de peixe. Relatam que o camarão tem comprador o ano inteiro e não precisa contar muito com a “sorte” como na pesca de linha. Com o camarão, a profissão do pescador torna-se mais previsível, por isso a escolha preferencial de se pescar camarão.

Um fato interessante que envolve a pesca do camarão é a questão da sustentabilidade. A pesca do camarão chama a atenção dos parceiros conservacionistas e no tópico *Tecnologias Alternativas de Pesca do Plano de Gestão Participativa da RESEX* está exposto que:

Dentre as tecnologias de pesca empregadas, destaca-se como fonte de preocupação o “balão”, como é conhecido localmente, ou “arrasto simples com portas”, que traz consigo o problema da fauna acompanhante. Apesar de apresentar menor proporção em comparação com os padrões mundiais, a relação entre a captura de camarões e peixes na RESEX tem demandado uma maior atenção em função do evidente potencial de *sobrepesca de crescimento* (Plano de Gestão Participativa, 2003, p. 47).

No entanto, é interessante notar que essa questão da sustentabilidade relacionada à fauna acompanhante⁵², aos manejos, à manutenção dos sistemas marinhos - tratados e trabalhados pelos ambientalistas nas metas dos projetos implantados e também nos projetos ambientais dos Paques Nacionais - está sendo articulada ao saber local e mesmo que o discurso de conservação seja um discurso “de fora”, está ocorrendo uma incorporação destas idéias dentro da lógica local. No caso prático do seu dia a dia, um pescador ao relacionar o balão do camarão ao desmatamento, afirmou:

⁵² Fauna Acompanhante são outras espécies da fauna, que são capturadas nas malhas das redes de arrasto (ou balão) de camarão.

“Eu balão, mas sou contra o balão, o balão mexe tudo lá no fundo, pega o pai o filho e estraga o ninho. Balão significa ‘desmatamento’, o cara que quer baloar mesmo, trazer o camarão, não tá nem aí - estraga tudo e desmata tudo, vai só acabando... Fizeram pesquisa para mudar a malha do balão, mas não dá certo: se aumentar a malha não pega o camarão.” (PESCADOR II)

Outro fato interessante é a resposta de um pescador de camarão ao se perguntar a ele sobre a sustentabilidade do balão de camarão; imediatamente ele apontou a pesca de mergulho como sendo mais prejudicial:

“Na predação, é mais o mergulho, o balão nem tanto, que nem agora. Nós, o ano todo, dos doze meses, nós não pesca cinco meses, igual agora; faz três meses, janeiro, fevereiro, março, já sobrou nove né? Daí vai, vento sul a gente não sai, feriado a gente não sai, a gente não trabalha cinco meses no ano, então não depreda, balão não depreda! Se contar a gente não trabalha 5 meses no ano, com os contratempo né! Já é um controle muito grande. Já tá controlado a entrada dos barcos; aqui tinha duzentos barcos, já diminuiu pra quarenta, dos que pesca não tem 20, que pesca camarão não tem 20. Enquanto tem um quebrado, tem outro que vai buscar um peixe, nem todos gostam de camarão.” (PESCADOR I)

Novamente um pescador faz seu relato fazendo uma ponte entre o saber local e o científico; afirma que, com as condições naturais, a pesca do camarão não “depreda”, deixando bem claro reconhecer e articular a lógica do discurso da conservação.

Outra preocupação dos ambientalistas relaciona-se ao crescente número de embarcações tracionadas a motor e propõem que os pescadores repensem, incentivando-os às embarcações a vela:

As embarcações à vela constituem a frota ideal para a exploração dos recursos marinhos na zona costeira da região Nordeste (que se caracteriza pela grande diversidade biológica e pequena abundância por espécie), seja do ponto vista ecológico, social e econômico (Plano de Gestão Participativa, 2003 p. 47)

De fato, ocorre uma crescente frota a motor em decorrência da substituição de canoas rústicas. Um pescador local relembra que antigamente havia mais canoas que hoje em dia em Corumbau. Quando indagado a respeito, respondeu:

“Muito mais. Os barcos dos pescadores era canoas. Aí o pessoal chama de canoa batelão né, porque a canoa é canoa e batelão, você dá ali o mesmo nome da mesma peça. Porque é o seguinte, a canoa eles quer dizer que é aqueles tronco que dá aquela canoa mais fina e mais comprida, e o batelão é aqueles tronco que dá mais grosso e mais curto. Aí chama batelão, ele é mais curtinho, mas é mais cheinho.” (PESCADOR III)

5.4. A População Extrativista local em alguns assuntos pertinentes

Na tentativa de dar voz aos pescadores e moradores(as) locais da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, especificamente aos moradores de Ponta do Corumbau e Bugigão, foi necessário ouvi-los sobre seus pontos de vista referentes à Unidade de Conservação da qual fazem parte. Alguns dos interlocutores participaram do processo de criação, outros entraram durante o processo. Estes dados compreendem as falas dos próprios atores locais envolvidos no processo de implementação da UC e representam suas próprias interpretações realizadas no processo. Acessá-las é adentrar ao mundo de suas experiências.

Aqui, abordaremos alguns recortes de entrevistas, relatos e interpretações de observação participante que envolvem a percepção da população extrativista local nas questões da implementação da RESEX Corumbau; no intuito de dar voz a estes atores sociais, construiremos um esboço que tente trazê-los ao debate através de seus atuais pontos de vista

sobre as questões relacionadas à implementação da Reserva Extrativista e seus aprendizados no processo.

Ao perguntar “O que foi/é a RESEX para você?”, obtive de um dos nativos de Corumbau a seguinte resposta:

“A RESEX foi muito boa, não tenho nada pra falar da RESEX, e hoje se não fosse nós tirar aquela quantidade de barcos de fora, do Espírito Santo, Farol de São Tome, que tinha uma frota de lá, hoje isso aqui não existia quase nada; tem uns pescador que tem uma visão muito esquisita, dizem que (os recursos naturais) não vai acabar” (PESCADOR I)

Essa fala representa o principal motivo da vinda da RESEX. Inúmeros interlocutores citaram a retirada dos barcos “de fora” como o maior benefício da proposta. Esta fala também apresenta um conflito entre pescadores, afirmando existir os pró e os contra a RESEX - ou melhor, pescadores que cooperam mais que outros com a UC, e isso ele relata quando diz que “tem uns pescadores que têm uma visão muito esquisita, dizem que [os recursos naturais] não vão acabar...”.

Realmente ouvi em Corumbau pescadores afirmando que os peixes não se acabam e que a diminuição de peixes e camarões não está relacionada ao tanto de barcos que estiveram pescando no local, pois os peixes e camarões sempre irão existir, independente da captura. Mas a maioria dos pescadores contesta essa idéia e afirma que a vinda da RESEX e a construção de um plano de manejo foram bons passos para garantir os recursos naturais do local e afirmam que “se está ruim com ela, estaria pior sem ela”. Como disse um pescador:

“O plano de manejo, foi bom, não foi ruim não, que a finalidade da Reserva foi tirar o barco de fora, e pra mim foi muito bom; tem lei que tivemos que respeitar, e foi a melhor coisa que já fizemos. Já pensou, tem um cara de Alcobaça, que tinha 33 barcos, um dono só; o cara trazia, punha o baú dele ali, enchia e ia embora, só com os barcos dele, já ouviu falar no Zé Bernardo? Não foi mole não, não tenho o que dizer da RESEX não, tenho só que agradecer.” (PESCADOR I)

A fala deste pescador reflete a noção de “barganha” com a RESEX, remetendo a uma RESEX distante, de cima para baixo, sugerindo uma negociação do tipo: a gente respeita as leis que são/foram “impostas” pelas regras do plano de manejo (leis de conservação) em troca da retirada dos barcos de fora, nossa principal ameaça. Ou então o contrário, as regras restritivas do Plano de Manejo somente conseguiram ser aprovadas, mediante o principal benefício que foi e é o afastamento dos barcos de fora.

Em busca de um discurso acerca da necessidade da RESEX na percepção dos beneficiários, foi perguntado “para que veio a RESEX pra cá?”. Uma das respostas obtidas foi a seguinte:

“Na verdade, quando começou a fazer essa RESEX, eu não tinha muito entendimento; mas me matuta como se fosse hoje é porque ao chamar, ao trazer essa RESEX pra aqui, foi atentar, proteger, defender o pão de cada dia nossos, dos nativos, dos moradores. O pão de cada dia são os peixes, é a pesca, tudo pra nós, pescadores de Corumbau é a pesca. Quisemos defender os pescadores de quem vinha de lá, depredando nosso sustento!” (PESCADOR III)

Este pescador relata sua visão de pertencimento ao território marinho e sua experiência com a proposta através do tempo; compreendeu que a RESEX serve para defender seu meio de vida, simbolicamente representado pelo “pão de cada dia”, relacionando sua sobrevivência com a retirada dos barcos de fora que estavam “depredando o sustento”.

Sobre o processo de institucionalização, ao se perguntar se antes da RESEX havia reuniões e organização entre os pescadores e como foi, com relação a isso, a vinda da RESEX, um entrevistado respondeu que:

“Aí foi fazendo as reuniões e passando os detalhes, apesar que nós não conhecia, não tivemos conhecimento sobre isso daí, e aí veio alguns técnicos de lá de fora que tinha grande saber, como o... Alexandre não! O outro, o Guilherme, que foi um dos tais que acompanhou muito a gente e passando os detalhes e os detalhes pra gente e foi fazendo as reunião, e a gente vendo em cima das normas que vinham de lá, e explicando pra gente; as decisões a

gente tomava. E fomos vendo que até hoje nós, os extravistados não soubemos tomar a atitude certa que tinha que ser. Primeiro lugar, que já faz 8 anos que está formada, acho que já tinha que ter um chefe, uma equipe formada pra estar buscando os objetivos, formando os objetivos, fazendo o que é certo; até hoje não temos essas pessoas aqui dentro da RESEX. Então, quando se fala em um projeto, a gente só vê - eu pessoalmente, não sei de outras cabeças - eu só vejo falar: tem um projeto, mas não entendo como é que vai buscar como vai fazer, como é que vai fazer pra chegar nas nossas mãos. Pra cada um projeto desse, é escalado uma equipe e essa equipe não seria da “nossa turma”, é por onde eu tenho minhas dúvidas, por onde eu chego a falar, será que este projeto tá vindo aos objetivos para os pescadores? Ou se vem para os pescadores e nós não sabemos ir lá buscar e termina por lá sem chegar por nossas mãos. Isso deixa a gente confuso, se poderia ser melhoria ou se nesse tempo, poderia ter essa sorte de ter essa melhoria. Ganhar uma camisa e chegar a usar, você entendeu o que eu queria dizer né?” (PESCADOR III)

Este recorte desta entrevista relata o processo de aprendizado que os atores locais tiveram com a implementação da unidade, descrevendo que “os técnicos lá de fora, com grande saber”, passaram os detalhes para eles e através disso opinaram em suas decisões, mas relata sua opinião de questionar se tomaram as decisões certas. Expressam que, ao mesmo tempo em que foram aprendendo com o processo, foram também questionando os rumos tomados. Aprenderam que é necessário fazer projetos para alcançarem seus objetivos e que os técnicos que elaboram os projetos não são “da sua turma”, indicando conflitos de interesses na gestão da UC. Ao mesmo tempo o entrevistado indaga se os objetivos dos projetos são realmente para os pescadores e, se o são, como efetivamente acessar os benefícios, como *chegar a usar a camisa que ganhou*. Um outro entrevistado relembra que quando:

“Veio o projeto do Fundo Nacional do Meio Ambiente, ninguém sabia que era um projeto, ninguém nunca tinha falado que era um projeto, ninguém nunca tinha ouvido falar” (LIDERANÇA DE OUTRA COMUNIDADE)

Com os projetos implantados na RESEX Corumbau, um do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e outro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

(SEAP), os pescadores locais perceberam que é possível acessá-los através da organização. E que a RESEX pode ser e é a possibilidade de acesso a benefícios e direitos:

“É outro lado positivo porque é o seguinte, você mesmo sabe, como tá sempre vindo, o Governo é um órgão muito forte e sempre vê os lado mais fraco, os lados que dependem de ter as doações. Então pra que lado eles trazer essas doações? Pro lado da Reserva, o lado de um povo indígena, dos povos aí que tem as suas associações. Seria nosso caso, nós tem a nossa associação. Então, desde que já é uma RESEX e tem essas associações eu acho que é um lado fácil de trazer alguns objetivos e é onde a gente espera reunir, se entender pra buscar um recurso desses, porque tando no governo, ta lá fora né!? E se a gente se reunir pode ser uma maneira mais fácil da gente ter um recurso mais adequado, como vieram fazendo uma proposta de uma câmara fria, de uma bomba de diesel, que é um absurdo pra nós aqui comprar um litro de diesel a 2 e 30 aonde passa um peixe de 3 reais, 2 e 50, não tem condições. Então esse lado é um lado que poderia ter melhoria pra gente. A gente espera pela RESEX trazer essas coisa, da gente não sofrer as conseqüência que sofreu a seis, oito anos atrás.” (PESCADOR III)

Essa fala representa um discurso de acesso a benefícios através da organização, do associativismo, utilizando a RESEX para visibilidade em políticas públicas governamentais, acreditando que é mais fácil conseguir as “doações” quando se destina para uma reserva, para um povo indígena. E já que é uma RESEX, necessitam se reunir para buscar recursos para não sofrerem como no passado, antes da RESEX. Porém, reconhecem que é necessária toda a legalização e organização para acessarem esses benefícios. E continua:

“Não pense que nada vai chegar fácil, num chega, é por isso que nós tamo nesse barco furado até hoje, ou não tá organizada a Associação, se imagine, se a Associação não tá organizada, imagine os pescadores! Porque a disciplina tem que trazer do fundo da casa. Então como eu te falei, a maneira de ir trazendo essas documentações, tudo ok, de seus pescadores, de suas embarcações, então alguém vai ver lá, o que que precisa? A documentação dos pescadores. Tá aqui. Embarcação? Ok, tá aqui. O que precisa agora pra gente fazer um projeto, poder buscar um recurso agora? A associação regularizada. Ai vai tomar um passe, não vai?! Vai lá na Associação e regulariza. O que depende e tal!? Gente que tem boa memória e competência pra trabalhar na Associação. Vamo arrumar essa pessoa. O que precisa mais pra ter as coisas mais em ordem, mais em prática? A união dos pescadores, tentar se reunir pra gente começar a buscar objetivos importantes aqui pra dentro. Aí o que vai acontecer? Se ter cem, se vinte

começar a se reunir e se entender, e vir os objetivos é claro que os outros vai vir também. Agora se fica tudo bagunçado os pedaço, meu amigo, não vai chegar a nada não. Eu enxergo por esse lado, agora não to dizendo que eu enxergo pro lado de todo mundo.”
(PESCADOR III)

Esse trecho apresenta reflexos de aprendizados que tiveram sobre como acessar projetos, especificamente aos projetos da SEAP, que almejam um caminhão baú e uma bomba de diesel subsidiados, que acreditam serem benefícios para os seus. O entrevistado mostra conhecer passo-a-passo como chegar à emancipação política para estarem aptos a receberem tais projetos, ou seja, a institucionalização tanto dos membros da associação dos pescadores quanto dos próprios pescadores, portando seus documentos civis e de suas embarcações em dia.

Quando se questiona sobre os projetos executados na unidade, é muito nítido o descontentamento com a gerência dos recursos dos projetos, e assim como o acesso aos benefícios deles advindos:

“A gente pensa assim, a ta participando que seja objetivo bom pra gente, já tamo com 8 anos e pra falar a verdade eu nunca vi recurso, assim, que venha trazer bondade pro pescador. Já vi naquela época, me falaram assim: Oitocentos mil pra melhoria da RESEX, recursos pra Resex, você entendeu? Agora a história veio, na Van, pra buscar os pescadores, pra tirar a documentação, pra tirar aquilo outro. Eu sei o que é van, mas nunca entrei dentro, da hora que nós preciso da van pra nós ir fazer uma documentação lá em Itamarajú, me falaram que a van tava quebrado e não veio, quem quis ir foi de ônibus, pagando com o seu próprio dinheiro, mas que foi recurso que veio pra RESEX, tinha que ta funcionando. Ai esses dias me falaram que a van ia pra regularizar sua carteira na colônia e já via proposta dizendo que ia pagar 5 reais cada pescador, mas só que eu não fui também não e diz que ela chegou lá no veleiro e disse que quebro também, não levou o pescador. Então é coisa que a gente fica meio assustado e cada dia passa a gente é levado por conversa. Conversa e projeto a gente ouve falar muito, mas melhoria que é bom, eu vou ser franco com você, eu nunca vi, porque depois que fundou a RESEX eu nunca ganhei um anzol. Se eu quero, eu compro pelo mesmo preço, ou mais caro, o pessoal lá de fora ta cada vez com mais raiva dos próprios pescadores, se ele puder vender mais caro eles vende, sabendo que é da RESEX. Se eles fizeram a reserva pos

pescadores, vamo vender as coisas mais caro pra eles.”
(PESCADOR III)

Aqui o pescador demonstra ter uma série de questionamentos sobre os benefícios que são “prometidos” pela RESEX e que efetivamente não são cumpridos, como no caso exemplificado do veículo da RESEX; mas conclui que se de um lado há “conversas” sobre benefícios, por outro lado existem impasses e dificuldades advindas da RESEX, quando cita que “o pessoal lá fora esta cada vez com mais raiva”, refletindo como um espelho negativo aos benefícios de exclusividade de uso dos espaços e recursos garantidos à população tradicional local. Continuando, perguntei: e o que você acha que foi feito com o dinheiro?

“Eu não trabalhei junto, eu não acompanhei, eu só ouvi falar que veio esses oitocentos mil que vinha. E, desses oitocentos mil falaram que veio lancha, eu só ouvi falando lancha, veio motor, veio van, mas eu nunca vi lancha, nunca vi van, nunca vi nada. E, na verdade, desses oitocentos mil nesse barco que eu tenho nunca entrou um litro de diesel, nunca deu um anzol pra você ter uma idéia, e também eu não quero, eu só queria que visse a verdade, eu queria assim, somos uma associação de pescador? É. Essa van veio pra associação? Veio. O que que o pescador precisa? Precisa de ir na colônia! A van ta aqui, veio pra isso. Nunca foi adequado, quando eu preciso de ir lá, eu pago é doze reais de ônibus, pago de ida e pago de vinda. Agora só o que eu te digo é que o culpado fica nessa ai, é nós mesmo, porque nós mesmos que fundemos a RESEX, e não temos um cabeça pra assumir todas as ações, responsabilidades.”
(PESCADOR III)

Mas e o gerente da RESEX, ele seria o cabeça?

“Na minha maneira de ver eu acho que tem ser uma pessoa que está dia a dia com a dificuldade, tendo a dificuldade toda. Ele ta vendo o que eu preciso, o que a RESEX precisa, de que maneira de trabalhar. Mesmo que não seja um pescador, que ele ta trabalhando junto com o pescador. Que não adianta o cara ter um chefe lá, que ta lá

sabendo que tem a RESEX, mas não sabendo o que a RESEX quer.”
(PESCADOR III)

Com essas falas, percebe-se que os nativos, a população tradicional, não estão apenas descontentes com a gerência e a gestão da UC. Estão apartados destes processos de gestão e de aplicação de recursos, segundo as falas do pescador de Corumbau que mantém envolvimento com as questões da RESEX dentro e fora do mar, os nativos estão apartados do processo todo, são objeto das ações, mas não seus sujeitos.

5.5. Conhecimento tradicional local e manejo de áreas protegidas

*“Céu pedrento
Chuva, vento ou mudança de tempo”.
Zé Preto⁵³*

Conforme foi levantado nas análises documentais, as áreas protegidas no plano de manejo estão demarcadas apenas em coordenadas de GPS, dificultando o intercâmbio com os conhecimentos locais. Os pescadores locais têm amplos conhecimentos sobre os nomes de suas marcações tradicionais, que são pedras, cabeços e arrecifes, pesqueiros etc. Tais conhecimentos devem ser contemplados em um plano de manejo participativo, visto que há no atual plano várias falhas metodológicas que não possibilitam a efetivação das propostas e diretrizes das Reservas Extrativistas, citadas no Art. 18 do SNUC (2000). Foi visualizada muita fragilidade quanto ao cumprimento das restrições de pesca das áreas protegidas; um pescador que mora defronte ao mar, onde avista os bancos dos Recifes Itacolomis, disse:

⁵³ Conta Zé Preto - Pescador de Corumbau - que seu pai sempre dizia essa frase

“Não sabemos onde é a área protegida, pescador não sabe nem ler, pescador vai saber GPS. Onde esta a área protegida? Não dá pra fiscalizar com facilidade, Pescam de mergulho, anzol, não existe área protegida, porque fizeram mal feito.” (PESCADOR I)

Quando perguntei a um pescador experiente, se ele sabia os nomes dos cabeços que fazem os limites da área protegida, ele disse:

“Ouvi dizer que era do cabeçinho até perto do taú, agora eu não sei os outros pontos, nem o daqui, nem o dali.” (PESCADOR IV)

Um outro pescador diz ter ido junto com a equipe técnica que marcou a área protegida e afirma lembrar os nomes dos “cabeços” onde foram marcadas as coordenadas, explicando as quatro pontas da área protegida, afirmou:

“1- Cavallo; 2- Três irmãos; 3- Morão de Ferro; 4- Rói-Rói”
(PESCADOR II)

Continuando, ressaltou que muitos não sabem sequer das marcações dos limites da RESEX, inclusive pela falta de bóias demarcando, o que prejudica “o direito de falar”, de proibir os “de fora” de pescar na área. E se for perguntar aos pescadores, poucos saberão responder quais são as marcações que correspondem às 8 milhas (de limite da RESEX). Afirma saber unicamente por ter ido junto com os técnicos quando foi demarcado:

“Fomos lá com o GPS, hoje eu sei porquê conheço o cabeço: é o Ranca Unha.” (PESCADOR II)

Para saber do reconhecimento das áreas protegidas e sua vigência em Corumbau, pedi para um pescador local me explicar sobre as restrições de pesca nas áreas protegidas dos Itacolomis, inclusive se ele percebia, de alguma forma, o aumento do pescado, ele respondeu:

“Para aumentar os peixes tem que ter um controle maior nestas pedras. O grande criadoro são as pedras: Tem um filhote deste tamanho eles jogam umas bargueiras⁵⁴ e vai matando os ariocós filhotes - e vem 4 ou 5 ariocozinhos de cada vez, isso deveria funcionar como um criatório, mas aqui não não se convence estes pescadores, o ariocó, se eles se criassem nestas pedras, e ficassem em volta, quando fosse a algum lugar mais duro, onde eles se defendem de outros peixes, né? Mas aqui não, eles matam muitos peixes. Nada protegido, aqui não existe área protegida, ninguém obedece.” (PESCADOR I)

Geertz (1978, p.20), sugere pensarmos até que ponto os sistemas tradicionalmente estabelecidos não são levados em consideração, por confusões de linguagens, idiomas e/ou visões de mundo. Possibilita-nos refletir até que ponto os fracassos das medidas de conservação nas áreas protegidas não são derivados da falta de diálogo efetivo com os grupos locais, que relacionasse os saberes tradicionais aos científico-acadêmicos. Santili (2005) relembra que “o conhecimento tradicional é a fonte mais antiga de produção de teorias, experiências, regras e conceitos e a ancestral forma de produzir ciência”. (SANTILLI, 2002, p.192)

Conhecimentos locais podem ser considerados como manejos na RESEX-Corumbau. Pescadores locais afirmaram existir em Corumbau, “manejos” locais que garantem a “sustentabilidade” na pesca do camarão, são conhecimentos interligados ao respeito que mantêm com o mundo da pesca, são valores. Chamy (2003) diz que estes conhecimentos são construídos empiricamente e transmitidos para gerações futuras. Sobre estes aspectos, um pescador do vilarejo resumiu na seguinte frase: “a consciência vem de dentro”.

Ao explicar que utilizam técnicas de manejo que não estão estabelecidas em lei, um outro pescador relatou:

“Por exemplo, é um defeso que não ta na lei, é o seguinte: É a gente ir pescar o camarão e chegar lá você der um arraste e num der

⁵⁴ Anzoisinhos amarrados um atrás do outro.

aquela quantia de quinze a vinte quilos por duas horas, a gente não continua a pescar, a gente vem embora querendo que o camarão aumente mais pra ser melhor pra todo mundo, isso não tá na lei. Tá certo que em Alcobaça é diferente, se eles dão o arraste e deu cinco quilos, eles tã o dia todo arrastando, então a tendência é acabar né?! Então a gente dá o arraste e não deu quinze a vinte quilos a gente vai embora, esperando que amanhã melhore, a tendência é melhorar, com um, dois ou três dias, isso é um tipo de defeso também. E a pesca de linha pela mesma forma, se a pesca tá ruim a gente não fica lá ralando, teimando, a gente espera, volta pra trás e espera que melhora.” (PESCADOR III)

Como que se fiscaliza esse manejo tradicional?

“O pescador é um dos fiscais, o próprio comprador é um dos fiscais; porque o comprador não quer trabalhar com camarão pequeno, você chega lá no frigorífico com um camarão pequeno e os outros com um camarão grande ele vai olhar assim: ‘Po! O camarão de fulano tá grande e o seu tá pequeno, amanhã não traz esse camarão não que eu não quero’. Aí no outro dia o que que o pescador faz? Não vai lá naquele local, porque lá ele sabe que o camarão é pequeno. É assim que a gente trabalha aqui.” (PESCADOR III)

Estes pescadores são conhecedores profundos dos ciclos naturais das marés, dos ventos, das épocas de reprodução dos pescados, crescimento e reprodução da fauna e flora. Na entrada dos ventos fortes não saem pra pescar, ficam em suas casas cuidando de preparativos de pesca. Retocando embarcações, redes ou cuidando de demandas que, quando se está em época de pesca não é possível cuidar.

5.6. Contribuições ao processo participativo do identifica RESEX

As questões de etnicidade começaram a ser trabalhadas na RESEX por Lobão, consultor em Processos Associativistas e Gestão Participativa através do projeto “Fortalecimento da Gestão Participativa do Uso dos Recursos Pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau” conhecido como “Projeto Resex” conveniado com o Fundo Nacional do Meio Ambiente -FNMA – na ação identifica RESEX - executada pelo seu representante e técnico de campo, Hélio de Castro Lima.

Helinho iniciou um longo debate com as comunidades pesqueiras, objetivando a partir de sua entrada em campo através do Projeto do FNMA – representando as consultorias em processos associativistas e gestão participativa - o envolvimento participativo das comunidades pesqueiras nos processos de pertencimento à RESEX. Começou seus trabalhos apontando a necessidade de se iniciar um amplo debate sobre a questão de auto-identificação dos beneficiários da UC, como sendo um processo crucial na definição da população beneficiária direta da RESEX, já que o próprio consultor Lobão havia destacado que:

A resposta para esta questão permeia todo o restante da construção do Plano de Manejo, em sua forma participativa, bem como para a gestão da Unidade de Conservação, a partir do momento de definir, sob a ótica da construção com os pescadores e não para eles, quem serão os responsáveis diretos por este espaço conquistado a partir do movimento iniciado em Corumbau, culminando no decreto federal de criação da RESEX Mar⁵⁵. (LIMA 2006, RELATÓRIO IDENTIFICA RESEX)

Estes trabalhos significaram o grande passo dado na implementação da RESEX até o momento, pelo menos no que se refere às identificações dos beneficiários da unidade. Foram esforços que resultaram na definição de quem

⁵⁵ O processo de criação da Reserva Extrativista contada a partir da história dos próprios protagonistas, assim como seus trâmites burocráticos nas esferas federais, é relatada por Ronaldo Lobão no relatório Parcial nº 2 de maio de 2005, sob o convênio nº051/03 FNMA - APPA.

são legítimos beneficiários da proposta, partindo dos próprios beneficiários, adequando a um único entendimento dentre todas as comunidades da Reserva Extrativista acerca das definições locais de *Populações Extrativistas Tradicionais*.

Esse momento representou a primeira possibilidade de os atores sociais locais discutirem seus pertencimentos à RESEX. Visualizou-se neste período um jogo de interesses em torno da nomenclatura étnica população tradicional, uma vez que se assumir enquanto tradicional é se reconhecer como portador de direitos exclusivos de uso e gestão da unidade, popularmente conhecido como aquele que tem o direito de “fazer as regras na RESEX”. Quando se definiu através de um único critério sugerido pela própria comunidade beneficiária, sobre o que se entende na RESEX Corumbau por *população tradicional*.

Foi feito um longo trabalho participativo no qual Hélio, técnico de campo responsável, atentou para que os beneficiários participassem do processo e não apenas fossem consultados, como no caso do Plano de Manejo 2002. Ele esteve em cada comunidade e através de encontros coletivos e individuais com os moradores e nativos de cada localidade, através das técnicas de histórias de vida e mapas ênicos, trabalhou em função de resgatar o que chamou de duplo-pertencimento sobre os conhecimentos dos territórios de pesca. Reconhece-se neste relatório que o processo de criação da RESEX Corumbau não contemplou esta metodologia participativa:

Porém a preocupação diante essas reflexões é a maneira de como está sendo a construção identitária dos pescadores da RESEX enquanto “População Tradicional”, perante o processo de criação da RESEX Mar de Corumbau. Esse processo não aborda o principal motivo de luta social que deu origem à Reserva, mas sim a necessidade legal de respondermos a questão de quem são os beneficiários diretos que terão a concessão de direito real de uso⁵⁶e, conseqüentemente, os “fazedores” das regras, ou melhor, os participantes da regra “construída”. (LIMA, 2006, RELATÓRIO IDENTIFICA RESEX)

⁵⁶ Contrato entre as populações beneficiárias da reserva extrativista e a união, previstas no roteiro metodológico para a elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável Federais, junho de 2006.

O autor tentou relacionar a identidade dos beneficiários aos (re)conhecimentos dos territórios de pesca e espaços de (re)produção social tradicionais; em outras palavras, articulou ao sentido de pertencimento os saberes tradicionais de lida com os espaços marinhos, valorizando as percepções de tempo e espaço dos povos locais. No esforço de interligar esses saberes tradicionais com o movimento de luta dos pescadores locais contra os barcos de fora, tentou reconstruir a identidade local interpretando o histórico de luta para a criação da unidade, que foi de certa maneira transformado pelos interesses tecno-científicos; em suas palavras cita que:

A criação da Reserva Extrativista de Corumbau objetivando, entre outros, a sustentabilidade pesqueira, veio de carona no cerne deste movimento, transformando seus espaços de reprodução social em espaços de manejo pesqueiro segundo critérios técnicos científicos, diante do contexto mundial da sobreexploração dos estoques pesqueiros, praticada pela pesca predatória insustentável. (LIMA, 2006, RELATÓRIO IDENTIFICA RESEX)

Após longo trabalho de observação participante, construções de mapas mentais, diversos encontros e reuniões realizadas com os pescadores(as) marisqueiros(as) e suas famílias no intuito de que eles próprios construíssem suas propostas acerca do que seria para cada uma das comunidade da RESEX a população tradicional, foi por fim apresentadas “seis definições de População Tradicional, segundo a percepção de cada localidade.” No entanto, para constar no plano de manejo, deve haver apenas uma definição sobre o que é população tradicional. Para isso houve um encontro-seminário “cujo espaço possibilitou o debate e a negociação entre as lideranças e os representantes pescadores de cada localidade”. Essa definição foi necessária para satisfazer a questão legal do Art. 18 do SNUC, 2000.

Estas foram as propostas sugeridas pelas comunidades para o seminário:

- 1- Cumuruxatiba: População Tradicional da RESEX, os detentores dos reais direitos de uso são os “Nativos, que nasceram e são criados em Cumuru, e suas Famílias”.
- 2- Imbassuaba: chegaram à conclusão de que para fazer parte da Reserva Extrativista deveriam ser “Nativos nascidos e criados em Imbassuaba, que possuem cultura tradicional da pesca e pequena agricultura, e seus familiares”.
- 3- Veleiro: “População Tradicional são os Nascidos e Criados na Comunidade de Veleiro”
- 4- Corumbau:“(i) Família do Pescador; (ii) que contêm no mínimo 4 anos de residência; (iii) As pessoas de fora que saem, têm que esperarem 4 anos para poder cadastrar como extrativista, mas não pode participar da elaboração das regras”⁵⁷.
- 5- Barra velha: preferiram decidir entre eles e levar algo mais participativo ao seminário.
- 6- Caraíva: “Família e moradores de Caraíva que vivem da cultura da pesca. Os pescadores que vivem da pesca faz as regras da RESEX”.

Uma observação do autor do relatório Identifica RESEX diz que a categoria “moradores” é utilizada como categoria substitutiva a “nativos”, por conta da influência e linguajar dos turistas e veraneios decorrentes em Caraíva.

No seminário, através de técnicas de facilitação de grupos, houve “negociações” das diferentes propostas sugeridas sobre quem são os legítimos beneficiários da RESEX. Interessante citar aqui as dinâmicas de negociações que ocorreram com as propostas de Corumbau:

No grupo formado pelos pescadores de Corumbau, houve uma facilitação na elaboração de sua proposta, pois de um lado se encontrava seu Milton junto com os pescadores de Bugigão (3 representantes), defendendo a proposta que seriam somente os “nativos” que poderiam ser os responsáveis pelas RESEX, enquanto que o grupo de seu Raimundo, preferiu manter o que o plano atual diz, com apenas 4 anos de permanência, qualquer morador poderia

⁵⁷ É importante relatar que estas definições são as mesmas do Plano de Uso, mas podemos considerar que a discussão foi boa, pois permitiu abrir um espaço para dar início às negociações que, como relatarei, ocorreram no seminário.

ser responsável pelas “regras” da RESEX. Outro ponto que vale refletir aqui é o fato de este grupo estar representado tanto com os pescadores de Corumbau, quanto com os não nativos que também não são pescadores, inclusive a participação de uma empreendedora de turismo, embora tenha participado na categoria de “ouvinte”. (LIMA 2006, RELATÓRIO IDENTIFICA RESEX)

A decisão final sobre a identificação dos beneficiários da proposta através do processo participativo se desdobrou da seguinte maneira:

As duas últimas propostas se opuseram uma à outra na definição em ser “nativo” – aqueles que realmente nasceram e tem raízes com seus locais de origem – ou serem considerados nativos como os “moradores” antigos, que vivem na área por um determinado tempo. Houve, então, as defesas dos “nativos” e dos “moradores há tantos anos” pelos pescadores das localidades, sobretudo o discurso do seu Manoel, morador e pescador tradicional de Nova Caraíva, que comoveu grande parte dos participantes. A partir deste ponto de dissenso, os participantes optaram em realizar a votação entre as duas propostas, chegando ao resultado final, “POPULAÇÃO TRADICIONAL: NATIVOS E FAMILIARES COM RAÍZES E PESSOAS QUE VIVEM DA PESCA E MORAM HÁ MAIS DE DEZ ANOS NA RESEX E QUE AJUDARAM A FUNDAR A RESEX” (LIMA 2006, RELATÓRIO IDENTIFICA RESEX)

Sobre as questões identitárias tratadas no *Seminário Identifica RESEX*, realizei algumas abordagens em Corumbau e Bugigão. No intuito de entender as dinâmicas de grupos locais, em interesses étnicos e de grupo sob a ótica de pertencimento à Política Pública, perguntei o que vem a ser população tradicional para alguns nativos e moradores, que me responderam:

“Não vou te dizer a você, que sou o cara que vou saber dizer, Mas a população tradicional se chamaria população nativa. É a minha maneira de pensar, como quero dizer. Os Pescadores nascidos e criados no seu litoral e véve e depende da pesca pra sobreviver. Mas como entrou no plano de manejo essa fala de que mora 8 ano ou 4 ano não sei! Já pode ter o direito de ser um Extrativista, poderia ser por ai também, mas a minha maneira de ser, eu não vou protestar contra eles. Mas se o plano de manejo ta assim, mas no meu ponto de vista não vou condenar ninguém se mora dois ou três anos ai, mas eu penso por esse lado!” (PESCADOR III)

Representando o grupo dos “nativos”, esse pescador entende que a população tradicional deveria ser entendida como ele entende a categoria *nativo*, que são os nascidos e criados ali e que dependem da pesca para sobreviver. Porém aceita que a definição para *População tradicional* seja adequada a um outro grupo de pessoas e que esses, por não serem nativos, necessitam, para serem considerados populações tradicionais, afirmar-se na categoria de moradores que a partir de tantos anos ajuda a RESEX a fazer da pesca a sua principal função, podendo também ser considerado legítimo beneficiário da proposta.

Foi perguntado ao mesmo pescador, como ele caracterizaria uma pessoa que não é tradicional e ele respondeu:

“Quem não é o tradicional, pode ser os pescadores que pescam por curtição, não dependem da pesca pra sobreviver. Eu acho que minha maneira de ver quem seria ou não...- não carece nem eu te responder - quem é ou não, mas são aqueles pessoal que vieram e não dependem da pesca pra sobreviver, e estão mexendo com outras coisas pra sobreviver, mexendo com uma pousada, com seus hotéis. A pesca é que é a tradição do Corumbau e os conhecimentos da pesca, é a rede o anzol, são espinhel, é a pesca mesmo! A tradição tem a pesca, a cultura artesanal, que é envolvido com tradição e são as tradições dos locais.” (PESCADOR III)

Aqui ele afirmou que o elo da tradicionalidade, que tem que ser levado em consideração, é a pesca e que ser tradicional em Corumbau é estar diretamente relacionado à cultura da pesca artesanal; os “não-tradicionais”, em contrapartida, seriam os novos moradores e atores locais que estão envolvidos com o turismo. Um caso interessante que houve em Corumbau é o de um pescador profissional que faz da pesca sua principal meio de vida, mas não é nativo. Perguntei a ele qual a diferença entre nativo e tradicional, e ele respondeu:

“Tradicional significa a própria pessoa do lugar né, ou não? É uma palavra que não tem nem como eu distinguir, é quase a mesma coisa, pois não tem diferença. Eu acho que o tradicional é o pescador que

pesca tradicional, e o nativo é o daqui. Tem um pai, um avo, tem a família aqui. Eu sou de outro lugar, nunca vou me tornar um nativo daqui, eu não tenho raízes aqui, minha família tá lá, eu sou um pescador, mas tradicional eu não sei como ser, de lá ou daqui, não tem fundamento, eu não acho palavra pra separar, que o tradicional é assim posso morar aqui até morrer mas não vou me tornar um nativo, mas pescador tradicional é tradicional em qualquer lugar, o nativo é só aqui. Pescador Tradicional é que nem essa carteirinha nossa, válida por todo território nacional, vale em qualquer lugar. Então sou pescador aqui sou pescador em qualquer canto, o que penso é isso.

Sobre a votação pra quem era o tradicional, eu ganhei a votação, outras pessoas queria que o tradicional fosse embora, e ficasse só o nativo, nascido e criado, que tivesse raízes aqui. Pai, mãe e avó.

Nós não poderíamos viver da Reserva e conseguimos defender que o tradicional era diferente do nativo, foi 9 votos contra 40. Tradicional X pescador de raízes, botaram um traço no meio, tive 40 votos. Mas também ficava chato, muita gente de fora, eu mesmo ajudei a criar esta Reserva, ficando o dia inteiro em sol quente, levando gente pra fazer pesquisa, porque pra fazer a Reserva tinha que fazer pesquisa, quantas vezes levei essa gente, eles davam só o óleo. E ficava o dia inteiro com esses homens mergulhando. E também não foi só eu!”
(PESCADOR I)

Aqui a questão se torna muito interessante, na medida em que ficam claros os arranjos locais para a definição de quem faz ou não parte da categoria étnica de pertencimento ao benefício da política pública. Percebe-se que a decisão tomada participativamente não foi mediante conceitos arbitrários ou pré-definidos, como supõe parte da bibliografia levantada, que restringem ou enrijecem os padrões culturais em teorias de tradicionalidade estática ou ainda de populações inerentemente conservacionistas. Mas sim, resultante de uma dinâmica interna em que se articulou diferentes grupos e interesses para opinarem por questões comuns e abrangentes, que foi definir em uma só categoria de identidade certa pluralidade de atores sociais.

Prevaleceu nesta análise a teoria de grupo de interesse em torno da categoria étnica, que para se “adequar” enquanto beneficiários da Política Pública, grupos diversos tiveram que se assumir na mesma definição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: VISUALIZAÇÃO E DINÂMICA DE CONFLITOS DE INTERESSES

Adentrando à dinâmica dos interesses “internos” à RESEX, dos atores delimitados no processo de implementação da Reserva Extrativista Marinha, entendemos que essa dinâmica pode ser alocada em três grandes grupos que representam interesses distintos, por vezes até contraditórios. A figura abaixo representa de forma resumida essa divisão:

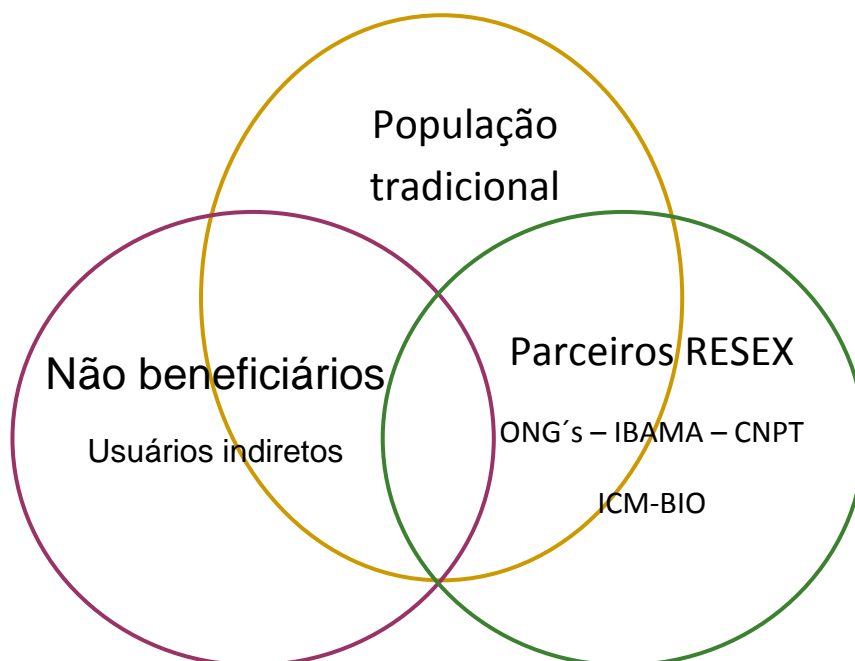


Figura IV: Dinâmica dos interesses internos

Como exemplificação de dinâmicas de relações (cooperação/conflitos), o diagrama acima contém interseções representando, simbolicamente, as influências que os grupos exercem entre si. Há representação dos não-beneficiários (usuários indiretos) na população tradicional, na medida em que também há representação dos parceiros no conjunto dos atores beneficiários.

Mesmo que o processo institucional objetive a proteção da cultura local, questões referentes aos conhecimentos locais não foram priorizadas nas ações e documentos oficiais que o constituem. Os interesses de conservação se destacaram nos documentos analisados e se expressam também nas metas dos projetos implantados.

Os atores sociais com interesses ambientalistas construíram os documentos que regulamentam a reserva, financiaram e construíram os laudos, elaboraram os projetos de fomento implantados e articularam as regras para uso dos recursos naturais da UC. Contudo, tais ações não contaram com a devida participação da população local e por isso apresentam falhas que levam ao questionamento do processo de implementação da UC pelos atores locais.

O movimento de mobilização local para a retirada dos barcos “de fora”, iniciada pelos pescadores de Corumbau em defesa de “seus meios de vida” - os recursos naturais – e que resultou na criação RESEX, obteve relativo sucesso e, quase nove anos depois de sua decretação, os moradores se orgulham e entendem a RESEX como benefício. No entanto, o processo institucionalista de sua implementação burocratizou e substituiu algumas relações que antes eram tratadas por veículos e linguagem tradicionalmente consolidados e hoje são regidos por instrumentos institucionais de racionalização dos usos e recursos naturais.

O processo de institucionalização mudou o foco dos pescadores locais, que lutaram para a retirada dos barcos “de fora” em benefício dos parceiros e técnicos ambientalistas. Esses grupos organizados assumiram-se enquanto parceiros da UC e com isso houve uma espécie de centralização nas tomadas

de decisões, que fez com que os pescadores locais se tornassem “clientes” da política pública ao invés de serem os sujeitos dela. Para confirmar essa idéia está exposto no Plano de Gestão participativa no tópico sobre caracterização sócio-cultural que:

*A implementação do presente Plano de Gestão Participativa prevê várias ações para o registro e o resgate cultural das comunidades da RESEX Corumbau, o que deverá ser **um importante elemento para a elevação da auto-estima das comunidades, levando-as a se sentirem, ainda mais profundamente, como atores ativos do processo participativo que a criação e implementação da RESEX vêm proporcionando.** (Plano de Gestão Participativa, 2003, p.28)*

Essa passagem demonstra a relação de tutela e assistencialismo que os grupos gestores ambientalistas mantêm com as comunidades locais, especificamente no trecho **“levando-as a se sentirem, ainda mais profundamente, como atores ativos do processo participativo”**. Afinal, a questão é “se sentir” enquanto participante ou ser participante ativo do processo?

O que me pareceu muito interessante, segundo as impressões de campo, foi que as insatisfações dos atores locais não derivam (em maioria) do pouco acesso aos benefícios advindos da RESEX, mas da não participação ativa no processo - segundo seus próprios critérios de participação e benefícios - e efetivação de seus interesses. Ainda que os critérios e conhecimentos sobre Reservas Extrativistas que articulam sejam resultantes do próprio processo em que participam, suas decisões estão embasadas em informações que chegaram até eles.

Os atores não-beneficiários (ou usuários indiretos) representam interesses dos empresários que atuam na região de Corumbau e estes são contra as ações da RESEX, uma vez que receiam a organização da população local. Esse conflito aumenta por suas propriedades serem à beira-mar e temerem a RESEX terra, uma vez que já há laudos de demarcação de terras indígenas por toda a área de Corumbau. Este grupo de atores se mobiliza junto à comunidade para se articular contra a UC. Existe no CNPT, em Brasília, um

processo CONTRA a “criação” da RESEX-terra, aberto por um abaixo-assinado conduzido pelos empresários e seus funcionários, que incentivaram - através de discursos de interesse e propriedade privada – os moradores da vila a assinarem; também existe abaixo-assinado pedindo a remoção do gerente da UC.

De acordo com a discussão bibliográfica, foram abertos dois questionamentos. O primeiro relaciona-se ao papel das populações locais e sua relação com a conservação ambiental, se de fato elas cooperaram com o ambientalismo; o segundo diz respeito à inclusão dos beneficiários da política pública: como as populações locais se apresentam no processo de implementação da UC e qual foi a dinâmica interna dos interesses envolvidos ao “decidirem” quem são ou não os legítimos beneficiários qualificados como população Tradicional de Corumbau.

Visualizando o processo de implementação da RESEX Corumbau, através das análises documentais e pesquisa de campo é possível afirmar que:

1 – A população tradicional da RESEX Corumbau, se mostra aberta a “dialogar” com a conservação, porém a participação conservacionista destas comunidades locais não deve ser pensada de forma estática, supondo estes grupos locais como inerentemente conservacionistas, como apontam parte da bibliografia. Outrossim, deve haver uma aliança de respeito com os grupos locais e a inclusão dos seus conhecimentos locais nos mecanismos legais de manejo dos usos e recursos naturais da reserva

2 – A dinâmica interna da escolha dos beneficiários relacionou-se mais aos interesses dos grupos locais do que aos aspectos de tradicionalidade, visto que *ser população tradicional* relacionou-se aos benefícios de exclusividade legitimados para um grupo específico de indivíduos, que se opuseram aos interesses locais. Se por um lado os antigos moradores nativos lutaram para defender que *população tradicional* são os “nascidos e criados no local”, outro grupo, representando outros atores, lutaram pela noção de que a população tradicional pode ser estendida também aos novos moradores. Dentro das

decisões democráticas consensuais, houve uma adequação de ambos os interesses à mesma definição, tendo a pesca como ponto de união dos diferentes atores locais, o que resultou na atual caracterização do beneficiário da RESEX Corumbau: “NATIVOS E FAMILIARES COM RAÍZES E PESSOAS QUE VIVEM DA PESCA E MORAM HÁ MAIS DE DEZ ANOS NA RESEX E QUE AJUDARAM A FUNDAR A RESEX” (LIMA 2006, RELATÓRIO IDENTIFICA RESEX).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro, Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. **Direitos à Floresta e Ambientalismo: Seringueiros e suas lutas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19 n. 55, 2004

ARRUDA, Rinaldo. **“Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação**. Ambiente & Sociedade – ano II – no. 5 set. 1999.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999, 4 ed.

BEGOSSI, Alpina. **Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal**, in: Ecologia da Mata Atlântica e Amazônia. Begossi et. al. São Paulo: Hucitec, NEPAM/Unicamp, Nupaub/USP, Fapesp, 2004

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Diário de campo, a antropologia como alegoria**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Outros afetos, outros olhares, outras idéias, outras relações**. In: NEPAM, (Núcleo de Pesquisas e Estudos Ambientais). A questão ambiental: Cenários de pesquisa. Campinas: Unicamp, 1995, 334p.

BRASIL. Lei 9.985. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC)**.

Publicada em 18 de julho de 2000.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm

CARDOSO, Eduardo Schiavone, **Da apropriação da Natureza à Construção de Territórios Pesqueiros**. GEOUSP. Espaço tempo, São Paulo, n. 14. P. 119-125, 2003.

CARDOSO, Ruth C. L. (org) **“Aventuras de Antropólogos em campo ou como escapar das Armadilhas do Método, Teoria e prática do trabalho de Campo: Alguns Problemas”**, in: A Aventura Antropológica Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 95-127, 1986.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela, & ALMEIDA, M.W.B. **“Indigenous people, traditional people and conservation in the Amazon”**. Deadalus. 129 (2): 315-338, 2000.

CHAMY, Paula. **Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento de direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum**. Procam/Nupaub/USP, 2003.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1996, 6 ed.

DI CIOMMO, Regina. **Contradições da Conservação**. São Carlos: Yemaya, 2006.

CORDELL, JOHN. **Brazil: Dynamics and Challenges of Marine Protected Area Development and Coastal Protection**. In: Scaling Up Marine Management - The Role of Marine Protected Areas. Environment Department, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Saberes Tradicionais e Etnoconservação**. Diegues A C. Viana V M (organizadores). Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica. São Paulo: NUPALB –USP, ESALQ – USP: 2004a.

DIEGUES, A. C., e ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Série Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A Ecologia política das grandes ONGs transnacionais Conservacionistas**. São Paulo: Nupaub/USP, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A Pesca Construindo Sociedades. Leituras sobre Antropologia Marítima e Pesqueira**. São Paulo: Nupaub/USP, 2004b.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**, 2ª.ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998.

ECO, Umberto. SOUZA. Gilson, Cesar Cardoso de; Trad. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1998, 14 ed.

ESCOBAR, ARTURO. **Depois da Natureza passos para uma Ecologia Política Antiessencialista**. in Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas. Clélia Parreira, Héctor Alimonda, org. – Brasília: Flacso-Brasil, Ed. Abaré, 2005.

FERREIRA, Lúcia C. **Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no Brasil: Moradores, Instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP**. Artigo Publicado em Idéias. 2001. 8(2): 115-150.

FERREIRA, Lúcia C. **Dimensões Humanas da Biodiversidade: Mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no vale do Ribeira**. SP, Brasil, Ambiente e Sociedade – Vol. VII n. 1 jan/jun. 2004.

FERREIRA, Lúcia C. **Encontro das Águas: dinâmicas sociais e biodiversidade na Amazônia brasileira**. In: Teoria & Pesquisa, Revista de Ciências Sociais, Vol. XVI n. 01, jun 2007.

FUCKS, Mario, **Conflitos Ambientais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; tradução de Lúcia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978 (1973)

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GEERTZ, Clifford. **Saber Local**; Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997. (1983)

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 3ª.ed – Rio de Janeiro: Record, 1999.

IBAMA. **Documento para discussão pública: reservas extrativistas, termos de referência, plano de manejo de uso múltiplo**. Brasília, 2001.

LAUDO BIOLÓGICO: RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU – BA. 2000.

LAUDO SÓCIO-ECONÔMICO PARA A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU – BA.

LITTLE, Paul Elliot. **Ecologia Política como Etnografia: Um Guia Teórico e Metodológico**. *Horizontes Antropológicos* - Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

LITTLE, Paul Elliot. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade**. – UNB, BRASÍLIA, 2002.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. **Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento**, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em Antropologia - UNB, 2006.

MACCHAPLIN. **Um desafio aos conservacionistas**, in: A Ecologia política das grandes ONGs transnacionais Conservacionistas, org e trad. Diegues, Antonio C. São Paulo: Nupaub/USP, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores), 1978, 2^a.ed.

MARCONI, M. A. & LAKTOS, E.M. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2002, 4^a ed.

MATTA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. São Paulo: Rocco, 1991.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**, São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. (org.) **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. 3^a edição, Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

MOURA, R. L. *et all*. **Gestão do Uso de Recursos Pesqueiros na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau – Bahia** in: Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão, MMA-BRASIL, 2007

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. **As Categorias do Entendimento Humano e a Noção de Tempo e Espaço Entre Os Nuer**. Série Antropologia - UNB. 1993.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. Edusp, 2000.

PIRES, Mônica de Moura. (org.) **Manual para elaboração de trabalhos Técnicos-Científicos**. Ilhéus: Editus, 4^a.ed, 2006.

PLANO DE MANEJO. RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU-BA. FASE-I, 2002.

PLANO DE GESTÃO PARTICIPATIVA - RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU, 2003.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade, seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart**; trad. De Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRITCHARD, E.E. Evans. **Trabalho de campo e tradição empírica**: in Antropologia Social. Lisboa: Edições, 1970.

PRITCHARD, E.E. Evans. “Os Nuer”. **Uma descrição do modo de Subsistência e das Instituições Políticas de um povo Nilota**, Trad. Coelho, Ana M. Goldberguer. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos Oraís: do “Indizível” ao “Dizível”, in: SIMSON, Olga de Moraes. **Experimentos com história de vida**. São Paulo: Ed. Vértice, Revista dos Tribunais, 1988.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU, MUNICÍPIOS DE PRADO E PORTO SEGURO/ BA – BRASIL.

SANCHES, Roseli Alvim, **Caiçaras e a Estação Ecológica de Juréia-Itatins**: litoral sul de São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

SANTILLI, Juliana: **A biodiversidade das comunidades tradicionais**. In: BESUNSAN, Nurit (org.) Seria Melhor Ladrilhar? Biodiversidade como, para que, porquê. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto Socioambiental, 2002.

WHITAKER, D. C. A. ; BEZZON, Lara Andréa Crivelaro . **A Cultura e o Ecosystema** - Reflexões a partir de um diálogo. Campinas: Alínea editora, 2006, v. 1, p. 89, 1. ed.

www.conservation.org.br

www.ibama.gov.br e (www.ibama.gov.br/resex/pop.htm - 14k)

ANEXOS

ANEXO I:

O COMEÇO DE CORUMBAU

ESTE ERA MEU SONHO.
ERA O QUE EU MAIS QUERIA.
ESCREVER A HISTÓRIA DE MEU LUGAR,
EM TERMOS DE POESIA.

EM 1822 COMEÇOU NA BEIRA DO SEU RIO
COM UMA POPULAÇÃO TRADICIONAL
ALGUNS ÍNDIOS PATAXÓS FAZENDO SUAS CASAS
NA BEIRA DO RIO, ENCOSTADO AO MANGUEZAL

ESTES ERAM SEUS DESEJOS
PORQUE FACILITAVAM A SUA ALIMENTAÇÃO
PEGANDO PEIXES SIRIS CONCHAS E CARANGUEJOS

ENGRAÇADO
OS RANCHOS TODOS PARECIDOS COM UM
SÃO COBERTOS COM PALHA DE MARIMBÚ
AS PAREDES COM PALHA DE XANDÓ
NÃO EXISTIA DEPREDÇÃO
OS ÍNDIOS NÃO TINHA NEM ANZOL

OLHA SÓ AGORA COMO O PEIXE SUMIU
ANTIGAMENTE ERA TÃO FÁCIL
QUE OS ÍNDIOS MATAVAM DE FLECHA NA BEIRA DO RIO

MAS O TEMPO FOI PASSANDO
E A GENTE DE FORA FOI CHEGANDO
COM MAIS EXPERIÊNCIA
COQUEIROS FORAM PLANTANDO

VIRAM QUE AS CASAS DE PALHA FUNCIONAVAM
OS COCOS ELES USAVAM NAS MOQUECAS
E AS PALHAS OS BARRACOS ELES TRANCAVAM
DAVA PRA VER QUE AS COISAS SE MODIFICAVAM

MAS OS ÍNDIOS NAS SUAS CANOAS JÁ NAVEGAVAM
MESMO SEM TER FERRAMENTAS, COM FOGO ELES CAVAVAM
SUAS REDES DE TUCUN ERA O QUE ELES USAVAM

COM CORDA DE EMBIRA E PEDRAS
SUAS CANOAS ELES ANCORAVAM REMOS ERAM AS VARAS QUE ELES NAVEGAVAM

AS PEDRAS ERAM TIRADAS EM FRENTE
A ALDEIA PATAXÓ, AONDE OS ÍNDIOS MORAVAM
ELES NEGOCIAVAM, TROCAVAM PEIXES E CARANGUEJOS
POR REMOS, FARINHA E CORDA
E OUTROS OBJETOS QUE ELES PRECISAVAM
ASSIM SE PASSAVA O TEMPO SEM NINGUÉM PERCEBER

MAS NÃO SABIAM NO FUTURO O QUE PODIA ACONTECER
COMO EM TODA ALDEIA ACONTECE
COM GENTE QUE CHEGA POR LÁ
COM O DECORRER DO TEMPO COMEÇA A SE MISTURAR
AQUI EM CORUMBAU, UM LUGAR ENTRE DESERTOS
ENTÃO HAVIA MUITO ESPAÇO
COMEÇOU A EXPLORAÇÃO COM SERRARIA A BRAÇO

COMO NÃO PODIA SER DE OUTRA MANEIRA
O POVO DE FORA COMEÇOU A FAZER CASA DE MADEIRA
MAS NÃO PODIA PARAR POR AÍ NÃO,
EXPORTAVA MADEIRA PARA OUTRA REGIÃO

COMO TODOS SABEM
DESMATAR É UMA GRANDE DEPREDÇÃO
NÃO EXISTIA A LEI DO MEIO AMBIENTE
NINGUÉM SE IMPORTAVA COM ESTE PEDAÇO DE CHÃO

O DESMATAMENTO NINGUÉM SABIA SE ERA BOM OU SE ERA MAU
POR ISTO FOI DESMATADO A MARGEM DO RIO CORUMBAU

AS TERRAS ERAM DO ÍNDIO E PERTENCIAM AO ESTADO
COMEÇOU A VIR GENTE DE TODO OS LADOS
O PRIMEIRO COMERCIANTE ESTAVA BEM APOIADO
ANTES DESTA TRAGÉDIA, JÁ BEM EQUILIBRADO

Honorato Deocleciano

ANEXO II:

OS ÍNDIOS PATAXÓS FORAM ILUDIDOS

VOU PEDIR AO SUPREMO DO UNIVERSO
QUE ME ILUMINE PARA ESCREVER ESTES VERSOS
QUE ACONTECEU NA VIDA REAL
COM ESTES INOCENTES, ENTRE A ALDEIA E CORUMBAU

VAMOS PEDIR A DEUS QUE NÃO ACONTEÇA MAIS NÃO
ESTA HISTÓRIA MALDITA QUE CORTOU O CORAÇÃO
POIS NUNCA SAIU DA LEMBRANÇA ESTA GRANDE TRAIÇÃO

TUDO ISTO SE PASSOU
SÓ A MALDITA LEMBRANÇA FICOU
ESTA HISTÓRIA VEIO PASSANDO DE PAI PARA FILHO
ATÉ CHEGAR ONDE CHEGOU

VOU ESCREVER UMA HISTORIA QUE NO ANO DE 51 ACONTECEU
ISTO ATÉ HOJE NUNCA NINGUÉM ESXREVEU
ATÉ HOJE ME CORTA O CORAÇÃO, FALANDO DO POVO MEU

OS ÍNDIOS PATAXÓS FORAM TELEGUIADOS
POR DOIS BANDIDOS BRANCOS
VINDOS DO RIO DE JANEIRO, PELO CAPETA MANDADOS

DUAS PESSOAS NOJENTAS, ASSALTANTES E MALFEITORES
ALEGANDO PARA ELES QUE ERAM SEUS PROTETORES,
OBRIGANDO AOS POBRES CONTADOS COMETER HORRORES
SEM SABER O QUE ESTAVAM FAZENDO, OBEDECERAM MALFEITORES.

EM CORUMBAU MORAVA UM CIDADÃO POR NOME TIO DUMIRIO
UMA PESSOA HUMANA, UM COM COMPANHEIRO
ERA UM FORTE COMERCIANTE, EM CORUMBAU FOI UM DOS PRIMEIROS
ÊS FICAM COM TODA A MERCADORIA
NÓS FICAMOS COM O DINHEIRO

OS ÍNDIOS ARMADOS COM FLECHA
ERA O PLANO MALDITO DOS DOIS BAMDIDOS
ESTAMOS COM GRANDE GRUPO, EM NÓS NINGUÉM TRISCA
NÓS FOGE COM O DINHEIRO E OS ÍNDIOS SERVEM DE ISCA

FALTANDO ESPAÇO DE MEIA HORA, O MOÇO FOI AVISADO
MAS O GRUPO JÁ VINHA NO MEIO DA ESTRADA, NÃO DEUS TEMPO PARA NADA
POIS NÃO PODIA CORRER E DEIXAR SUA FAMÍLIA ABANDONADA
O HOMEM FICOU APAVORADO, PÔS UMA PISTOLA NO BOLSO E FICOU
NA PORTA ENCOSTADO

QUANDO FORAM CHEGANDO, UM DOS BANDIDOS CHEGOU NA FRENTE
O HOMEM ATIROU, MAS ELE SE ABAIXOU, POIS ELE ERA EXPERIENTE
A BALA ATINGIU UM ÍNDIO INOCENTE

OS MORADORES DA VILA FICARAM APAVORADOS
CORRERAM COM SUAS FAMÍLIAS CADA QUAL PARA SU LADO

NESSE TEMPO O MEIO DE COMUNICAÇÃO
ERA UMA LINHA ELEGRAFA
TINHA UMA LINHA EM CARAÍVA
DISTANTE QUASE 3 LÉGUAS

EM CORUMBAU ESTAVA TRABALHANDO UM RAPAZ DE CARAÍVA
COM PRECISÃO TOMOU UMA INICIATIVA
CORREU PARA AVISAR NA VILA DE CARAÍVA
O BANDIDO ESPERTO MUDOU DE SENTIDO
MONTE NO CAVALO E PEGA ELE, SENÃO NÓS ESTAMOS PERDIDOS

O RAPAZ SAIU CORRENDO COM MEDO, MUITO ASSUTADO
QUANDO O CAVALEIRO SE APROXIMAVA
ELE CORRIA PARA OUTRO LADO
ATÉ QUE CHEGOU NA VILA DE CARAÍVA
SEM SER PELO CAVALEIRO ALCANÇADO

MAS O POBRE HOMEM FICOU MUITO MACHUCADO
COM UM TIRO DE ESPINGARDA NO PEITO E UMA FLECHADA DO LADO
UNS 300 METROS AINDA FOI ARRASTADO
MAS ESCAPOU COM VIDA E PARA A CIDADE FOI LEVADO

O PENSAMENTO DOS BANDIDOS NOVAMENTE FOI ACIONADO
MANDOU QUE CORTASSEM OS FIOS DA LINHA TELÉGRAFA
PARA QUE NA CIDADE NÃO FOSSE AVISADO

O TELEGRAFISTA LOGO FOI ACIONADO
CORTARAM OS FIOS QUE IAM PARA A PARTE SUL,
PARA A CIDADE DE PRADO
MAS A PARTE NORTE, NA CIDADE DE PORTO SEGURO
LOGO FOI AVISADO

DESTE DIA EM DIANTE COMEÇOU O PESADELO
OS LOCICIAIS FIZERAM JUSTIÇA E TAMBÉM INJUSTIÇAS
CADA DIA QUE SE PASSAVA ERAM MAIS TRESTES AS NOTÍCIAS

TINHA POLICIAIS DESPREPARADOS, COM SEDE DE VINGANÇA
MACHURAVAM MUITO OS ÍNDIOS, COM MUITA IGNORÂNCIA
PIOR, ESTUPRAVAM AS [ÍNDIAS E MACHUCAVAM ATÉ AS CRIANÇAS

MAS A LUTA CONTINUAVA, DE GENTE SEM COMPAIXÃO
VENDO O SANGUE DOS PRIMEIROS BRASILEIROS
DERRAMADOS PELO CHÃO
ESTA CENA TÃO CRUEL, DE CORTAR O CORAÇÃO
MUITOS DELES NÃO AGUENTAVAM MAIS, CAÍAM ESTIRADOS NO CHÃO

TUDO ISTO ACONTECEU
NESTA ALDEIA DESPREZADA
NESSE TEMPO A ALDEIA PATAXÓ NÃO ERA REGISTRADA
AÍ VEM UM EXEMPLO PARA NÃO ACREDITAR NAS PESSOAS ERRADAS

OS ÍNDIOS E O COMERCIANTE FICARAM MUITO MACHUCADOS
POR CULPA DE BANDIDOS, DUAS PESSOAS DESALMADAS
E O POVO DA REGIÃO, POR MUITO TEMPO FICOU ASSOMBRADO

MULHERES E CRIANÇAS CHORAVAM DE DAR DÓ
A CADA DIA QUE PASSAVA AS COISAS PIOR FICAVAM
SEM TER ONDE FICAR, POR ISTO DORMIAM TOA
ENQUANTO NA ALDEIA NÃO EXISTIA UM PÉ DE PESSOA

ENTÃO OS ÍNDIOS SE SENTIRAM DERROTADOS
VENDO SEUS FILINHOS SEREM ASSASSINADOS
E DENTRO DE UM CESTO ENTERRADOS

ENTÃO ESTES PAIS MORRERAM
COM ESTA DOR NO PEITO ENCRAVADO
ENQUANDO MUITA GENTE ACHA
QUE ELES AINDA ESTÃO ERRADOS

VEJAM SÓ QUE POLICIAIS DESPREPARADOS E MAL INTENCIONADOS
BOTAVAM SELA NOS POBRES ÍNDIOS E SAÍAM MONTADOS
QUANDO OS ÍNDIOS NÃO AGUENTAVAM MAIS
CAÍAM NO CHÃO ESTIRADOS

NUNCA SE VIU TANTA MALDADECOM ESTES INOCENTES COITADO
SENDO FURADOS DE ESPORA
POR ESTES MALDITOS SOLDADOS

MUITOS DELES ESCAPARAM PORQUE
SE ESCONDIAM NOS BREJOS
QUASE MORRENDO AFOGADOS

ENQUANTO A POLÍCIA BATIA NOS ÍNDIOS
OS BANDIDOS CORIAM, MAS NAS NÃO PODIAM FUGIR
POR QUE TRANSPORTE NÃO HAVIA
MAS A CULPA CONDENA CADA UM
OS DOIS BANDIDOS FORAM MORTOS A TIROS
POR UM DELEGADO DA VILA DE CUMURUXATIBA
DE NOME PAULO CRUZ

O POVO DA REGIÃO ESTAVA ESPALHADO POR VÁRIOS LUGARES
SÓ FALTOU CORRER GENTE PRO QUILOMBO DOS PALMARES
POUCO A POUCO O PESSOAL FOI RETORNANDO PROS SEUS LUGARES
AS O COMERCIANTE SE INJURIU
SUMIU DESTE LUGAR, NUNCA MAIS VOLTOU
SÓ AS MALDITAS LEMBRANÇAS NA SUA MENTE FICOU

HOJE OS ÍNDIOS PATAXÓS JÁ ESTÃO BEM CIVILIZADOS
MAS NUNCA SAIU DA LEMBRANÇA ESTA TRISTE HISTÓRIA DO PASSADO

Honorato Deocleciano

ANEXO III:

MUDANÇAS NA VILA DE CORMBAU

ANTIGAMENTE NESTE LUGAR, ERA COMO NO DITADO
O TRANSPORTE É QUE ERA ELA.
TÍNHAMOS QUE VIAJAR A PÉ, A CAVALO OU AVELA

PARA COMPRAR REMÉDIO, ERA GRANDE A JORNADA
AS CIDADES MAIS PRÓXIMAS, PRADO U PORTO SEGURO A 72 KM CADA

MAS QUEM NÃO TEM CACHORRO, CAÇA COM GATO
A POPULAÇÃO DESTE LUGAR ERA CURADA COM REMÉDIO DO MATO
É O QUE NOS RESTA.
MAS TODO REMÉDIO SAI DA FLORESTA

NESTA REGIÃO, NESTA ÉPOCA,
PESCAVAM COM REDES DE FIO DE TUCUN.
POR AÍ FAZEMOS UMA ANÁLISE
AS COISAS ERAM TÃ DEVAGAR
QUE NÃO EXISTIA NEM LINHA DE NAILON
PORQUE TINHA PEIXE COM FARTURA, ESTE ERA O DETALHE

CADA TEMPO QUE PASSA, AUMENTA A POPULAÇÃO.
COM NOVAS TECNOLOGIAS, AÍ SIM COMEÇOU A DEPREDÇÃO
ANTIGAMENTE ERA A PESCA ERA O PEIXE
NÃO EXISTIA PESCA DE CAMARÃO, TAMBÉM NÃO EXISTIA BALÃO

EM 1984 ESTE POVO DESTA VILA
FICOU NOVAMENTE PREOCUPADO
VEIO A MEDIÇÃO DO PARQUE NACIONAL
RESERVA DO MONTE PASCOAL
PEGANDO DO PÉ DO MONTE CHEGANDO AO LITORAL
RETIROU TODO POVO DESTA VILA
DO ANTIGO CORUMBAU

ESTA POPULAÇÃO QUE NÃO SABE DO PASSADO
QUE ESTA PARTE FICOU LIBERADO
POR CAUSA DO SANGUE DE DOIS NATIVOS
QUE NESTE LUGAR FOI DERRAMADO

EM 1966 O POVO PROCUROU UMA SAÍDA
REUNIU A COMUNIDADE E UMA IGREJA FOI CONSTRÚIDA
COMO O POVO DE CORUMBAU É HOSPITALEIRO
A ALTERNATIVA ERA SÃO FRANCISCO DE ASSIS SER SEU PADROEIRO

UMA COISA COMPLICADA É ESTA AGORA:
AS CRIANÇAS CRESCER SEM APRENDER NADA
POIS NÃO EXISTIA ESCOLA
ERA COMO SE MORASSE NUM DESERTO
OS MAIS VELHOS A MAIOR PARTE ERA ANALFABETO

CORUMBAU É UMA DAS PRAIAS MAIS BONITAS, COMO MUITA GENTE DIZ

É UMA DAS MAIS BELAS DO PAÍS
UM PATRIMONIO NATURAL COM ESTRUTURA, MANGUES, RIO, PRAIA
E CORAL
E SUA POPULAÇÃO TRADICIONAL

NA MINHA OPINIÃO
CADA NATIVO QUE VENDE UM PEDAÇO DE CORUMBAU
EM VEZ DE SUBIR DESCE UM DEGRAU
MAS ISTO ACONTECE EM TODO ESTE LITORAL
ACONTECEU EM PORTO, ARRAIAL, TRANCOSO, CARÁIVA
E AGORA EM CORUMBAU

NESTE LUGAR, VISITANTES DE TODO TERRITÓRIO BRASILEIRO
ISTO SEM FALAR DO PESSOAL DO ESTRANGEIRO
CORUMBAU É LUGAR QUE VOCÊ PASSEIA TRANQUILO
COM A NATUREZA FAZENDO CONTATO
E MUITOS INDIOS PATAXÓS VENDENDO SEU ARTESANATO

O POVO FICOU REVOLTADO
MAS NÃO PODIA FAZER NADA
ORQUE O DECRETO FOI PELO PRESIDENTE ASSINADO
RESOLVERAM SE MUDAR PARA O OUTRO LADO DA BARRA
ONDE JÁ É MUNICÍPIO DE PRADO

ESTA GENTE SE SENTIA COMO VÍTIMA
E FIZERAM SEUS BARRACOS AO REDOR DO FAROL DA SINALIZAÇÃO MARÍTIMA
ESTA ÁREA ERA DE UM FORASTEIRO
ENTÃO DOIS NATIVOS DERRUBARAM 3 PÉS DE COQUEIROS
MANDADOS POR UM FAROLEIRO
ESTAVAM EMPATANDO O SINAL
PARA OS BARCOS QUE PASSAVAM NESTE ROTEIRO

ENTÃO O FAZENDEIRO CHAMOU O CASEIRO
E FEZ UMA PROPOSTA
OS DOIS NATIVOS INOCENTES FORAM FERIDOS PELAS COSTAS

AÍ AS COISAS FICOU MAIS CLARAS
VEIO A MARINHA E RETIROU OS BARRACOS
MANDOU DERRUBAR TODO OS PÉS DE COQUEIROS
QUE ESTAVAM EM SUA ÁREA

ESTE COVARDE DESAPARECEU
COM A CONSCIÊNCIA PESADA COM POUCO TEMPO ELE MORREU
E O FAZENDEIRO PERDEU TODO O DIREITO NESTE LUGAR QUE ERA SEU
FICANDO UMA PEQUENA ÁREA PARA O NATIVO
QUE NESTE LUGAR PERMANECEU

POR ISTO AS CASINHAS SÃO ENCOSTADAS UMA NAS OUTRAS
PORQUE A POPULAÇÃO CRESCEU
CORUMBAU É UM LUGAR RICO EM ALIMENTO
DE ONDE A POPULAÇÃO TIRA SEU SUSTENTO

POIS APARECE POR AQUI
MUITA GENTE FAMOSA
TODOS ELES GOSTAM
DESTA PRAIA MARAVLHOSA

ESTE LUGAR FICA EM FRENTE A MONTE PASCOAL

QUE É UM LUGAR HISTÓRICO
QUEM NÃO QUER CONHECER ESTE PARAÍSO ECOLÓGICO?

CORUMBAU FOI SEMEADO PELO DESTINO.
SEMENTES PURAS, MAS ÁRVORES FORAM CRESCENDO
E AS SEMENTES CAINDO.
AÍ VIERAM SEMENTES DE ÁRVORES DIFERENTES
NOVAS GERAÇÕES TAMBÉM FORAM SURGINDO

ENTÃO VAMOS PENSAR
O QUE ACONTECEU EM OUTRO LUGAR
ESPERO QUE NOSSOS NATIVOS
VENHAM COMPREENDER
SE NÃO LEVAR AS COISAS A SÉRIO DAQUI A 5 ANOS
NÃO PODEMOS MAIS VIVER

AGORA SE VOCE QUER MESMO SABER,
QUE ADIANTA TER UMA COISA BONITA
SE NÃO TIVER NADA PRA COMER?

Honorato Deocleciano

ANEXO IV:

HISTÓRIA DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU

MUITO TEMPO SE PASSOU
OS BRASILEIROS TENTANDO PRESERVAR A MATA ATLÂNTICA
TIVERAM UM PENSAMENTO GENIAL
PRESERVANDO O PÉ DO MONTE DE DERAM O NOME DO MONTE PASCOAL

MUITO TEMPO SE PASSOU
MAS SE ESQUECERAM DO LITORAL
ATÉ QUE VEIO A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO CORUMBAU
GARANTINDO O SUSTENTO DA POPULAÇÃO TRADICIONAL
MAS COM UMA CONDIÇÃO
QUE PROJEJA MANGUE, RIOS E CORAL

ESTA BONITA PONTA, HÁ MUITO TEMPO DESPREZADA
COM O TRABALHO DA RESERVA QUE VEIO SER LEMBRADA
NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2000
NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO ELA FOI DECRETADA
NO ESTADO DA BAHIA, A SEGUNDA RESERVA MARINHA A SER PROVADA

VOU ESCREVER A UNIÃO DE 3 IRMÃOS
SENTIDO QUE SEU LUGAR
ESTAVA TENDO GRANDE EXPLORAÇÃO
TOMARAM A PROVIDÊNCIA
COM GRANDE APOIO DO DOUTOR JÚLIO CÉSAR FREIRE BRANDÃO
QUEREM SABER O NOME DELES
MILTON, HONORATO E MANOEL CONCEIÇÃO

MESMO SEM MUITA GENTE QUERER
E SEM MUITA PISTA
CRIAMOS A ASSOCIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA.
FIZEMOS ISTO PENSANDO NA NOSSA SEMENTE
É UMA RESERVA AUTO SUSTENTÁVEL E
VOLTADA PARA A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

O TRABALHO DA RESERVA NÃO FOI UM TRABALHO DE USURA
FOI TENTANDO PRESERVAR NOSSA VIDA FUTURA
POR ISTO NÃO FICAMOS SÓS
SOMOS ALIADOS COM A VILA DE VELEIRO
A VILA DE CARÁIVA E ALDEIA DOS PATAXÓS.

MAS GRAÇAS AO SUPREMO DO UNIVERSO
VEIO O PENSAMENTO DESTES 3 NATIVOS GUERREIROS
JUNTO COM A POPULAÇÃO DESTE LUGAR HOSPITALEIRO
E A PROTEÇÃO DESTE GRANDE BRASILEIRO

DR. JÚLIO CÉSAR BRANDÃO
E ESTE EXCELENTE TÉCNICO DO CNPT
DR. ALEXANDRE CORDEIRO
E NOSSA AMIGA COM GRANDE ESPÍRITO DE LUTA
QUE SE CHAMA NENA PINHEIRO

SE ESTE PESSOAL NÃO TIVESSE UMA BOA AÇÃO
ESTE LUGAR NÃO IA TER PRESERVAÇÃO
POR CERTEZA IA FRACASSAR OS PEIXES, CARANGUEJOS E CAMARÃO
DAQUI A ALGUNS ANOS PODIA TER NATIVOS MORANDO
DEBAIXO DE UM VIADUTO, MENDIGANDO UM PEDAÇO DE PÃO

O NATIVO QUE VENDE SEU LUGAR
A VANTAGEM É PRA QUEM COMPROU
A DESVANTAGEM É PRA QUEM VENDEU
É DURO VOCÊ PERDER O DIREITO DE MORAR
NO LUGAR QUE VOCÊ NASCEU.

PARA MIM ISTO SIGNIFICA UM HORROR
AONDE VOCÊ NASCEU E PASSOU SUA INFÂNCIA E SUA ADOLESCÊNCIA
SÓ VAI FICAR NA SUA MENTE AS LEMBRANÇAS DA SUA TERRA NATAL
ONDE TUDO COMEÇOU.

EM CORUMBAU CRIAMOS UMA RESERVA COM GRANDE DIFICULDADE
MAS JUNTOS VENCEREMOS, ISTO É UMA GRANDE VERDADE
PORQUE DA UNIÃO NASCE NOSSA FORÇA
ISTO É A REALIDADE.

ASSIM MOSTRAMOS, PARA OUTROS LUGARES
NOSSA FORÇA DE VONTADEAQUI SOMOS TODOS IGUAIS,
NÃO EXISTE MAJESTADE

QUEM PENSA EM NOS VENCER
SÓ VAI FICAR NA SAUDADE

PORQUE AS AUTORIDADES NOS APÓIAM
PORQUE É A VERDADE
ESTAMOS TENTANDO PROTEGER
NOSSO PAÍS E VIVER EM LIBERDADE

EM UMA LINDA MADRUGADA
COM O CÉU TODO ESTRELADO
VEM O PENSAMENTO POSITIVO
QUE AS CRÍTICAS DOS ADVERSÁRIOS
SIRVAM COMO INCENTIVO

QUE ESTE TRABALHO INÉDITO
DESTAS SEIS COMUNIDADES
JUNTO COM AS AUTORIDADES
VAI FICAR NA HISTÓRIA
QUE DEUS DE MUITOS ANOS DE VIDA

AOS NOSSOS ADVERSÁRIOS
PARA QUE ELES VEJAM NOSSA VITÓRIA

ESTE TRABALHO É MUITO DIFÍCIL
POR ISTO É CONCLUÍDO DEVAGAR
MAS CONFIAMOS EM DEUS E VAMOS CHEGAR LÁ
FICA UM EXEMPLO PARA OUTRAS COMUNIDADES
QUE TAMBÉM QUER PROTEGER SEU LUGAR

TODA RESERVA TÊM SUA PRÓPRIA RIQUEZA
MAS PARA DAR CONTINUIDADE
TEMOS QUE AJUDAR A NATUREZA

AÍ VEM A PERGUNTA
COMO É QUE SE FAZ?
NÃO É TÃO DIFÍCIL,
PROTEGENDO OS RECURSOS NATURAIS

SE NO LUGAR QUE VOCÊ MORA
EXISTEM OUTROS AMBIENTES
ENTÃO PROTEJA LAGOAS CACHOEIRAS FLORESTAS E NASCENTES
AÍ VOCÊ ESTÁ PROTEGENDO A NATUREZA
E AJUDANDO O MEIO AMBIENTE

ANTIGAMENTE A DEPREDÇÃO ERA DEMAIS
OS JAPONESES CHEGARAM AQUI
E TIRAVAM GRANDE QUANTIDADE DE CORAIS
POIS NÃO SE INCOMODAVAM COM OS ESTRAGOS QUE FICAVAM PARA TRÁS.

MAS DEPOIS QUE ESTE TRABALHO COMEÇOU
TUDO ISTO SE ACABOU
QUEM TIROU, TIROU, TUDO ISTO FICOU PRA TRÁS
QUEM NÃO TIROU NÃO TIRA MAIS.
ACABOU A GRAÇA DE CORTAR ANGUE E QUEBRAR CORAIS
PODEMOS ANALISAR QUE COM O TRABALHO DA RESERVA
NÓS SÓ TEMOS A GANHAR

TUDO ESTÁ SE MODIFICANDO
OS DEPRADADORES ESTÃO SUMINDO
E O PESCADO ESTÁ VOLTANDO
COM ISTO A POPULAÇÃO TRADICIONAL ESTÁ GANHANDO

SER LÍDER DE UMA RESERVA É UMA COMPLICAÇÃO
MESMO DEPOIS DELA PRONTA AÍ É QUE VEM A PREOCUPAÇÃO
PROBLEMA INTERNO E PROBLEMA COM A INVASÃO
É GENDE BEM INTENCIONADA, É GENTE COM MÁ INTENÇÃO
UMA PENSA EM AJUDAR, OUTROS SÓ PENSAM EM PRODUÇÃO

UNS ACHA QUE VOCÊ ESTÁ CERTO
OUTROS TIRAM SUA RAZÃO
E NÃO A PREOCUPAÇÃO QUE VOCÊ TEM

UNS PENSAM EM TE AJUDAR
OUTROS SÓ PENSA EM SE DAR BEM

O PESSOAL QUE MAIS TRABALHA NÃO É ASSALARIADO
NO FIM DA HISTÓRIA AINDA É CRITICADO
É UM TRABALHO BONITO MAS É BEM COMPLICADO
É POR ISTO QUE TEM PRESIDENTE VAGABUNDO
MAS É ISTO MESMO
NEM MESMO CRISTO AGRADOU TODO MUNDO
MAS VAMOS SEMPRE PENSAR NO BEM
SEM OLHAR PRO LADO DO MAL

AQUELE QUE MAIS LUTA POR MUITOS
VAI FICAR NA LISTA
UM EXEMPLO: ESQUARTEJARAM TIRADENTES
E MATARAM CHICO MENDES
CRIADOR DA PRIMEIRA RESERVA EXTRATIVISTA
MAS NÓS NÃO NOS INTIMIDAMOS
COM TUDO ISTO QUE PASSOU
VAMOS CONTINUAR LUTANDO
POIS CONFIAMOS NA PROTEÇÃO DO NOSSO SALVADOR.

Honorato Deocleciano

ANEXO V

FOTO DE PUÇA EM CASA DE PESCADOR

